

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TURISMO INTERNACIONAL: FLUXOS, DESTINOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI
ALEXANDRE PANOSSO NETTO



EDITORA UFRR

TURISMO INTERNACIONAL: FLUXOS, DESTINOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitora:
Gioconda Santos e Souza Martinez

Vice-Reitor:
Reginaldo Gomes de Oliveira

Pró-Reitora de Graduação:
Antonio Cesar Silva Lima

EDITORA DA UFRR
Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Ana Lia Farias Vale
Avery Milton Veríssimo de Carvalho
Cássio Sanguini Sergio
Fábio Luíz Wankler
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Felipe Kern Moreira
Luís Felipe P. de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Rodrigo Schutz Rodrigue

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 13

TURISMO INTERNACIONAL: FLUXOS, DESTINOS E INTEGRAÇÃO REGIONAL

VITOR STUART GABRIEL DE PIERI
ALEXANDRE PANOSSO NETTO

EDITORA UFRR
BOA VISTA/RR
2015

Copyright © 2015

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Vitor Stuart Gabriel de Pieri
Alexandre Panosso Netto

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Rita de Cássia de Oliveira Ferreira

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

R667

PIERI, Vitor Stuart Gabriel; PANOSSO NETTO, Alexandre. Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. 210 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas, v. 13. Organizadores: Elói Martins Senhoras; Maurício Elias Zouein.

ISBN - 978-85-8288-072-2

1 – Turismo Internacional. 2 – Integração Regional. 3 – Relações Internacionais. I. Título.

II – Pieri, Vitor Stuart Gabriel. II – Panosso Netto, Alexandre.

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO 1 | 19
Do local ao global: A dimensão da escala no turismo

CAPÍTULO 2 | 31
O turismo e a economia internacional: Perspectivas a partir do modelo de contas nacionais

CAPÍTULO 3 | 51
O turismo nos diferentes contextos da política internacional contemporânea

CAPÍTULO 4 | 65
O turismo e as instituições supranacionais

CAPÍTULO 5 | 77
Fluxos globais e regionais do turismo internacional

CAPÍTULO 6 | 113
Novos destinos do turismo internacional

CAPÍTULO 7 | 145
O turismo no processo de integração europeu

CAPÍTULO 8 | 163
A América Latina no cenário do turismo internacional

CONSIDERAÇÕES FINAIS 175

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 183

MATERIAIS COMPLEMENTARES 189

SOBRE OS AUTORES 199

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 205

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

> *Os países subdesenvolvidos podem 'exportar' sua cultura sem ter que empacotá-la, tão somente tem que atrair turistas. O consumidor estrangeiro viaja às fontes. As economias desenvolvidas são pioneiras nesses complexos arranjos culturais e os experimentam em suas próprias populações: 'Veja a América primeiro'.*
>
> *MACCANNELL, Dean, 1999, p.29.*

A compreensão do movimento de turistas pelo globo terrestre pode parecer simples, todavia na maioria das vezes é algo complexo e que envolve fatores objetivos e subjetivos difíceis de serem identificados. Como atesta Williams (2002), e corroborado por Lohmann e Panosso Netto (2012), as teorias motivacionais que estudam a forma que o turista decide o destino, apontam que o deslocamento dos turistas é produto de vários fatores que o fazem ir e vir. Esses fatores, para Isso-Ahola (1982), constituem o efeito *pull and push fator*, ou fator 'puxa-empurra'. Ou seja, há elementos que fazem com que a pessoa queira viajar (empurra), mas também há elementos que a fazem decidir o destino (puxa).

Crompton (1992), por sua vez, apresenta um modelo que propõe uma tomada de decisão racional por parte do turista no que se refere à escolha do destino a ser visitado. De um grande leque de

destinos possíveis, na verdade todos os existentes, o turista chega a um ou a alguns. Esse processo se daria por questões internas e externas ao turista e ao destino.

Já Schmöll (1977) também propôs que a escolha do destino tem a ver com a experiência do turista e que são determinantes quatro fatores, sendo eles o estímulo para viajar, os determinantes pessoais e sociais, as variáveis externas e as características do destino.

Vários outros autores propuseram esquemas e interpretações para entender os motivos de viagens e escolhas dos destinos dos turistas, entre eles estão Plog (1974), Cohen (1972) e Smith (1977). Ou seja: não existe um fator identificável de forma imediata, mas sim um conjunto de fatores que são classificados de várias maneiras.

Contudo, pelos dados estatísticos disponibilizados pela OMT e que são objeto de análise neste livro, pode-se prever diversas macrotendências dos fluxos turísticos internacionais a partir da análise de toda a complexidade política, econômica, físico-natural, sociocultural e territorial de determinado país, região ou subcontinente.

A análise estatística é fundamental para a compreensão dos fluxos turísticos que se dirigem aos destinos mundiais e locais. Porém, sem a correta contextualização e explicação os números podem ficar sem sentido. Desta forma, o objetivo do livro é abordar o turismo em sua interface com o tripé das relações internacionais - economia,

política e direito internacional -, na tentativa de refletir sobre as diversas dimensões do setor numa macro escala nacional, subcontinental e global.

São três linhas básicas que o livro aborda e que são discutidas no contexto do turismo internacional, sendo elas os fluxos de turistas, os destinos turísticos (sendo eles continentais, regionais ou países) e os mecanismos de integração regional entre países e regiões que pretendem ser ou que são turísticas. Destas três linhas surgiu o título do livro "*Turismo internacional: fluxos, destinos e integração regional*".

Dentre os principais temas abordados nesse complementar diálogo entre as áreas de turismo e relações internacionais, estão as escalas de análise do turismo; os fluxos e destinos do turismo internacional; o lugar do turismo na economia nacional e internacional; o turismo e a ordem internacional; a geoeconomia do turismo; o turismo e as organizações supranacionais; o turismo e a integração regional e o turismo e a infraestrutura.

Dividido em duas partes, o livro apresenta uma proposta objetiva e pretende preencher uma lacuna que persiste nos estudos do turismo, pensado desde sua perspectiva internacional.

Na primeira parte, busca-se analisar o turismo a partir do diálogo interdisciplinar das relações internacionais. Esse diálogo se dá em três momentos:

1) Apontando o papel do turismo na economia internacional;
2) Refletindo sobre os diversos fenômenos políticos contemporâneos em escala global, as configurações na ordem internacional e seus impactos no setor e;
3) Refletindo sobre quais as funções - no que tange às diversas atividades relacionadas ao turismo - das diferentes instituições supranacionais que tratam do comércio - Organização Mundial do Comércio, das finanças - Fundo Monetário Internacional e do próprio turismo - Organização Mundial do Turismo.

Na segunda parte, o objetivo central é, a partir de uma perspectiva global, analisar alguns temas do turismo internacional cujo diálogo interdisciplinar contribui no entendimento dos processos que ocorrem no âmbito dos sistemas econômico e político internacionais e seus efeitos nas diversas atividades relacionadas ao turismo.

Este livro originou-se de um primeiro e despretensioso livro dos mesmos autores, intitulado "*O lugar do turismo no sistema internacional*", publicado em 2013 pela Cenegri Edições. A aceitação

e utilização deste primeiro livro foram maiores do que o esperado, o que motivou a sua atualização, modificação e ampliação. Ao fim percebeu-se que era outro livro, e não outra edição. Novos capítulos foram introduzidos e todo o texto foi revisto e ampliado com novos mapas e tabelas.

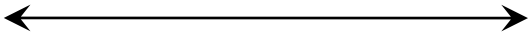
Procuramos fazer um texto acadêmico, com bases científicas, mas sem a fórmula pesada de citações e múltiplas indicações de fontes primárias e secundárias no correr do texto. Optou-se por uma forma de escrita mais direta e leve, pois assim acredita-se que ele atingirá um público maior de interessados e de leitores. O texto se baseou muito na capacidade de análise e reflexão dos autores e em sua própria experiência como estudiosos dos temas abordados.

O leitor tem em mãos, portanto, um material que lhe oferece uma visão abrangente a respeito dos principais conceitos e dos diversos cenários que as transformações ocorridas no âmbito internacional apresentam para o turismo.

Esperamos que este esforço cumpra seu papel ao evidenciar o alto grau de complementaridade que existe entre o turismo e as relações internacionais, assim como propiciar uma melhor compreensão acerca dos temas que o diálogo entre as duas áreas nos pode oferecer.

PARTE I

DIÁLOGO TEÓRICO-CONCEITUAL DO TURISMO INTERNACIONAL



CAPÍTULO 1

Do local ao global: a dimensão da escala no turismo

DO LOCAL AO GLOBAL: A DIMENSÃO DA ESCALA NO TURISMO

> *A internacionalização do turismo, sobretudo na Europa, significa que cada local turístico pode ser comparado com aqueles que se localizam no exterior. [...] O resultado dessa internacionalização é que diferentes lugares de um país passam a especializar-se no que se refere ao propiciamento de determinados objetos a serem contemplados.*
>
> *URRY, John, 1996, p. 73*

A percepção da escala de abrangência do turismo surge como um instrumento fundamental no planejamento e no entendimento sobre a importância das diversas atividades ligadas ao fenômeno. Ela faz-se necessária para o desenvolvimento local, regional, nacional e até mesmo, subcontinental do fenômeno que denominamos turismo.

Ao analisar os impactos do turismo em escala local, trabalha-se basicamente com questões relacionadas aos benefícios e malefícios que os diferentes segmentos turísticos ocasionam à população autóctone. Dentre essas questões estão os impactos ambientais gerados pelo fluxo de turistas sazonais acima da capacidade de carga local; os socioeconômicos, causando inflação, descontinuidade dos empregos locais em função da sazonalidade dos turistas e segregação sócio-espacial; e os culturais, ocasionados pelo menosprezo e

desrespeito dos turistas – "não educados para o turismo" - ao modo de vida das populações locais, introdução de novos costumes nas comunidades, etc.

Além dos impactos positivos e negativos, em escala local com frequência se trabalha com o planejamento e a gestão do turismo. O planejamento local deverá se orientar pela política estadual e nacional de turismo. Um dos grandes problemas do desenvolvimento turístico, neste sentido, é justamente os gestores locais do turismo compreenderem e aplicarem as diretrizes e orientações criadas em instâncias superiores, e não rara vezes, de cunho centralizadoras.

A gestão local do turismo é de extrema importância, pois é no destino, no município, na localidade que de fato o turismo ocorre. Porém, pela baixa qualificação da mão de obra, o desenvolvimento da atividade fica comprometido. Esse é um dos motivos pelos quais se afirma que há muito planejamento em turismo e pouca gestão.

Por outro lado, ao analisar o turismo em âmbito regional, percebe-se a participação maior do poder público em suas diversas instâncias - municipal, estadual e nacional. No Brasil, por exemplo, esse maior envolvimento se expressa no Programa de Regionalização do Turismo, cujos objetivos, segundo o próprio Ministério do Turismo brasileiro, se propõe:

> a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. É, dessa forma, um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, com base nos princípios de flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões como estratégia orientadora dos demais macroprogramas, programas e ações do PNT[1].

Também é fato que o Programa de Regionalização do Turismo no Brasil parte de princípios claros e oportunos, porém trata-se de um dos muitos programas nacionais que não apresentam resultados positivos. Tal deficiência não raras vezes é causada pelas ingerências na gestão do turismo local e regional. Isso acarreta estrangulamentos e impossibilita o fortalecimento econômico da atividade e, consequentemente, a distribuição de renda igualitária.

É visível na análise de vários planos nacionais de turismo que a política, com maior frequência, é expressa em documentos generalistas e com propósitos de abranger grandes áreas geográficas. Tal postura dificulta o planejamento e a gestão do turismo em escala micro, como o município turístico, local onde de fato o turismo ocorre. Trata-se da crítica ao modelo centralizador do turismo nacional, principalmente no Brasil, e é preciso superar este modelo.

[1] http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo

Já numa perspectiva nacional - sem desconsiderar todo o trabalho de planejamento e de promoção do turismo em âmbito local e regional - a questão da importância do fenômeno turístico perpassa por uma análise mais ampla, no sentido de se pensar o papel estratégico que as diversas atividades possuem para a economia interna, pensada em escala macro sob duas perspectivas. A primeira relacionada à importância dos fluxos turísticos domésticos na geração de empregos e na movimentação da economia nacional. A segunda pensada no âmbito do equilíbrio macroeconômico das contas nacionais de um país, considerando assim o turismo, numa perspectiva dos fluxos internacionais de turistas, como um fenômeno fundamental até mesmo, para a estabilização financeira interna.

Partindo, portanto, para um debate sobre o turismo internacional, pode-se comparar basicamente com o conceito de turismo doméstico a partir da concepção que o turismo internacional é aquele que supõe que o turista cruza fronteiras políticas internacionais e o turismo doméstico é aquele feito dentro dos limites geográficos da nação.

Um recorte espacial possível dos estudos sobre o turismo internacional é o entendimento das problemáticas em escala subcontinental, o qual busca, dentre outros fenômenos, levantar cenários e apontar tendências dos fluxos do turismo numa perspectiva intrarregional. Dentre os desafios do planejamento turístico nessa

escala de análise, pode-se trabalhar com a questão da infraestrutura física entre os países da região (estradas, ferrovias, aeroportos, hotéis, etc.) e também através do ponto de vista das relações político-diplomáticas entre os países vizinhos, bastante aperfeiçoadas por modelos de integração, partindo – numa ordem crescente de aprofundamento – de uma Área de Livre Comércio que basicamente não prevê acordos de fluxos migratórios, passando por uma União Aduaneira, Mercado Comum, União Política e finalmente uma União Monetária na qual os países signatários passam a compartilhar de uma mesma moeda e, consequentemente, de políticas monetárias e cambiais gerenciadas por um único Banco Central, nos moldes do Europeu. Foi nesta perspectiva que Beni (2011, p. 22) afirmou que "o turismo é componente importante das relações internacionais e da atividade diplomática, e a facilidade de acesso entre países muitas vezes é uma medida indireta do grau de relações positivas entre eles".

Um problema nesse tipo de análise do turismo internacional é do controle de fronteiras. Em regiões com acordos de mobilidade e de fronteiras livres, tal como na União Europeia, é possível que um turista europeu em viagem por aquele continente não seja contado nas estatísticas. Por exemplo, um português que passe o fim de semana na Espanha e viaje de carro, não será contado nas estatísticas internacionais do turismo, pois não há controle na divisa desses países.

Desta forma, a estatística é por estimativa, acarretando certo viés nos dados apresentados. A própria Organização Mundial do Turismo tem consciência da fragilidade desse fato. Um exemplo mais próximo de nossa realidade é o grande número de paraguaios e uruguaios que visitam o Brasil em automóveis e que entram pelos vários portões nos quais não há escritório da Polícia Federal.

Vale apontar que os países da América do Sul, extremamente assimétricos do ponto de vista econômico, têm buscado de alguma maneira - apesar das dificuldades decorrentes dos contenciosos latentes entre eles - ampliar as relações políticas, através de acordos que reúnem todos os modelos de integração sub-regionais de âmbito comercial, transformando-os num debate mais amplo de esfera política em escala subcontinental. Ou seja, as tratativas sobre a questão sul-americana passaram a ser discutidas conjuntamente no âmbito da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Dentro dessa tentativa de ampliar a discussão sobre os desafios da América do Sul, encontra-se o debate de como melhorar a infraestrutura física de forma conjunta, por meio de alguns programas como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Tal iniciativa foi redesenhada no âmbito da UNASUL pela criação do Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) cujos objetivos, através subdivisão da América do Sul em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID),

são pensar, planejar e promover a integração da infraestrutura produtiva, física/territorial dos países do subcontinente (SILVA, 2012).

Esta postura está correta, pois se sabe que 50% do fluxo turístico internacional é feito de viagens de curta distância, ou seja, que envolvem menos de 4 horas de voo. Esta relação fica clara quando se percebe que a Argentina, por exemplo, quando segue bem economicamente, envia mais turistas ao Brasil. Assim, é importante para o turismo intracontinental que os países desenvolvam suas economias. Se o vizinho vai bem, é melhor para todos, deveria ser o pensamento adotado.

Nesse sentido, é válido analisar o atual cenário e as tendências que a melhoria da Infraestrutura sul-americana proporciona ao turismo intrarregional, no sentido de facilitar os ingressos de sul-americanos nos diversos países do subcontinente, não somente a partir da ampliação dos acordos de integração política, mas também de uma melhoria nos acessos por via terrestre, marítima e aérea.

Em relação às abordagens do turismo em escala global, basicamente o fenômeno é pensado numa perspectiva comparativa dos fluxos de turistas pelo mundo, criando-se modelos e comparando os destinos mais procurados. Dependendo do autor e fonte utilizada, o turismo é colocado como primeiro, segundo ou terceiro setor mais

globalizado do mundo e os governos devem estar atentos para este fato.

Dentro dessa perspectiva é de extrema importância que os estudos do turismo em escala global, estimulados pela última globalização financeira, que marcou particularmente a década de 1990 - se caracterizando pela emergência de novos atores ligados ao capital financeiro no cenário mundial pós-ordem bipolar e pela reimplementação do modelo econômico liberal, como alternativa para a paz internacional – devam analisar uma série de fatores relacionados à dinâmica do sistema internacional que impactam diretamente nas relações entre os Estados Nacionais e nos denominados Elementos de Promoção do Turismo Internacional, como apontado na Tabela 1.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que o processo de globalização favoreceu - especialmente no início da década de 1990 — para que "as ordens de prioridades na política externa da maioria dos países fossem alteradas, passando as relações econômicas internacionais a ocupar o primeiro lugar na agenda política desses países" (BENI, 2011, p. 21), a decadência do modelo de enfraquecimento dos Estados Nacionais em detrimento à emergência de novos atores no cenário internacional, se desdobrou numa série de conflitos de âmbito político e econômico internacional, delineando um recorte temporal de poucas décadas, marcado e caracterizado por instabilidades, desgastes de modelos e pelo surgimento de novos

atores no cenário geopolítico mundial, os quais impactaram diretamente sobre os fatores externos apontados (Tabela 1).

Tabela 1 - **Elementos de Promoção do Turismo Internacional**

Fatores Domésticos	**Fatores Externos (Bilaterais)**
Atrativos Mobilidade Comunicação Segurança Hospitalidade Boa imagem Marketing Bens e serviços de qualidade elevada Eventos internacionais Comodidades Clima Estabilidade política e econômica Estabilidade sanitária	Política Migratória Câmbio Legislação internacional Ações de organismos supranacionais de turismo Acordos internacionais de mútua cooperação

Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

CAPÍTULO 2

O turismo e a economia internacional: perspectivas a partir do modelo de contas nacionais

O TURISMO E A ECONOMIA INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS A PARTIR DO MODELO DE CONTAS NACIONAIS

> *Harmonizar o desenvolvimento turístico implica, antes de tudo, desembaraçar o nó dos interesses, muitas vezes contraditórios, e estabelecer uma ordem de prioridades.*
>
> *KRIPPENDORF, Jost. 2009, p. 163*

Para a compreensão inicial do tema, interessa abordar de maneira pragmática a estrutura de funcionamento macroeconômico de um país. Trata-se de uma forma de introduzir o entendimento sobre a importância do turismo, numa perspectiva internacional, para a economia doméstica do país receptor.

> Considerando a própria globalização — não da perspectiva do comércio internacional de produto, mas sim pelo ângulo do tráfego turístico internacional de turistas dos países ricos —, esses mesmos países emergentes têm a possibilidade de inserir-se na economia internacional mediante o turismo receptor, em que os bens são comprados no local de origem (BENI, 2011, p. 22).

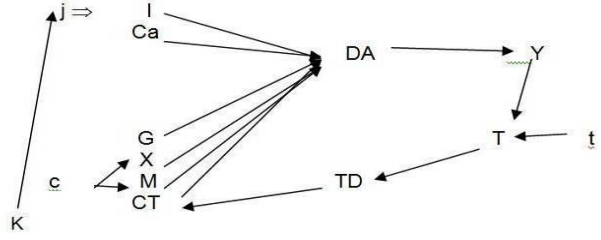
Uma maneira didática de analisar o direcionamento, as previsões e os efeitos das políticas macroeconômicas de um país, é

através das hipóteses de comportamentos das contas nacionais, cuja sistematização encontra-se resumida na Figura 1.

O modelo de Contas Nacionais apresentado, basicamente resume o movimento econômico-financeiro de um país, através das principais variáveis que respondem pelas políticas fiscais (especialmente o Gasto Público, Consumo e Investimentos), monetárias (através do manejo da taxa de juros) e cambiais (em caso da opção ao modelo flutuante, resultado do saldo na balança comercial e de capital).

A macro visão, obtida pelo modelo de contas nacionais, permite prever os efeitos de uma gama de manobras macroeconômicas realizadas pelos Bancos Centrais dos mais diversos países, sempre, logicamente, levando em consideração o território, a população e a localização do referente Estado Nacional, além do contexto financeiro internacional.

Figura 1 - **Modelo de Contas Nacionais de um país**



j – juros (política monetária – dependente do Banco Central).
I – Investimentos produtivos (empresas...).
Ca – Consumo agregado (familiar).
G - Gasto público (responsável pela política fiscal).
X – Exportação.
M – Importação.
CT – Consumo por transferência (resultado de política fiscal)
c – câmbio (política cambial – dependente do Banco Central - – instrumento de controle inflacionário que pode impactar na balança comercial do país segundo o valor do câmbio estipulado).
DA – Demanda Agregada (PIB).
Y – Ingresso de impostos (gerados pelos empregos formais e pela balança comercial do país).
T – Transferências (ação de políticas fiscais, podendo ser indiretas ou diretas).
t – tributos fixos (receita da União para aplicação em políticas fiscais).
TD – Transferências Diretas (políticas fiscais de redistribuição de rendas).
K – Balança de Capitais (financeiros – dependentes de variáveis como reserva do Banco Central, risco país...).

Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

A aplicação das hipóteses de comportamento para o entendimento do funcionamento macroeconômico de um país, surge como uma ferramenta extremamente didática na análise dos cenários e tendências da economia, tanto do ponto de vista doméstico, quanto nos das relações comerciais com os outros países.

Considerando o turismo internacional como um fenômeno complexo que envolve uma rede de atividades de âmbito econômico, social, cultural, ambiental, antropológico, histórico e político entre dois países cujos fluxos de turistas entre eles, impactam positivamente ou negativamente na balança comercial, dependendo de uma série de

variáveis - em especial do cambio - cabe iniciar a discussão, a partir de prerrogativas relacionadas à estrutura das contas nacionais, sua dinâmica e atores envolvidos.

Em termos gerais, pode-se dizer que os ajustes monetários e cambiais são vinculados ao Banco Central de cada país. Suas variações, principalmente no contexto pós-industrial, possuem estreitas relações com os interesses dos diversos agentes financeiros, os quais ao investirem em determinado país, buscarão saber o quanto vão lucrar em determinado período de tempo. Nesse sentido, os investidores relacionados à Balança de Capitais (K) no modelo de contas nacionais (Figura 1), antes de depositarem dinheiro em um país, analisarão basicamente algumas variáveis, entre as tais: as taxas de juros estipuladas, as reservas do Banco Central e o risco país determinado pelas agências ligadas ao sistema financeiro. O objetivo disso é saber o quão equilibrado é e qual a capacidade desse país em honrar suas dívidas contraídas.

A entrada de capitais financeiros em um país muitas vezes é importante para que o Banco Central cubra - ocasionalmente - o déficit na balança comercial e assim controle, entre outras coisas, o valor da moeda e o consequente índice de preços. Porém, é importante evitar que a política macroeconômica se torne algo mais imediatista. Para isso, utiliza-se da implementação de políticas monetárias que regulam a entrada de ativos na economia. Ou seja, é fundamental a

aplicação de instrumentos que controlem e impeçam a entrada e saída de capitais especulativos. Um mecanismo, por exemplo, é a quarentena, pelo qual o capital que entra em determinado país deve permanecer por, no mínimo, quarenta dias e somente após esse período, pode ser resgatado. Outro mecanismo é a cobrança de elevadas taxas sobre transações financeiras internacionais, principalmente sobre aquelas que têm cunho eminentemente especulativo.

A taxa de juros, imposta por um país em determinado período de tempo, é um dos principais instrumentos de política macroeconômica, dessa forma, deve ser pensada e elaborada com bastante cautela, transparência e coerência, pois é uma medida que abarca e influencia, a curto e médio prazo, em todo ciclo de desenvolvimento econômico de um país. Portanto, é importante se planejar políticas econômicas, buscando e visando os impactos positivos no país como um todo, com o objetivo de se alcançar um equilíbrio entre os interesses do capital financeiro – externo - e do capital produtivo – doméstico - responsável pelos empregos registrados, níveis de investimentos e pelo consequente crescimento no nível de consumo por família.

De forma geral, a política monetária relaciona-se diretamente com o controle das taxas de juros de um país, cuja manipulação tende

a atrair ou não, investimentos provindos da balança de capital, os quais influenciam diretamente na dinâmica da economia doméstica. Em relação às políticas cambiais é mais comum que um país opte pela taxa de câmbio flutuante. Com esse câmbio, o preço da moeda nacional, em relação à moeda estrangeira, oscila livremente para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de divisas. As políticas fiscais também devem ser utilizadas de forma a equilibrar as riquezas nacionais e estimular a produção. Por meio delas o Estado deve buscar, através de diversas ferramentas, transferir riquezas, incentivar e ampliar os investimentos e estimular o consumo.

Numa situação hipotética de um modelo de economia perfeita, é possível prever que através de uma taxa de juros (j) condizente com o crescimento do investimento (I), e ao mesmo tempo atrativa ao capital financeiro, de uma taxa de câmbio flutuante (c) que estimule o comércio internacional, equilibre os fluxos comerciais e controle a inflação a nível interno e finalmente com uma política de transferência (TR) e de tributação (t) que estimule o consumo (C) e os investimentos (I), a tendência é que o país alcance um maior grau de crescimento econômico e consequentemente, uma melhoria nos níveis de exclusão e desigualdade social.

Logo, pode-se jogar com as possibilidades de políticas prevendo os seus efeitos. Por exemplo, se aumentam as taxas de juros (j), diminuirá o consumo (C) e a demanda por produtos; aumentará a

disponibilidade de créditos, uma vez que as famílias, ao invés de consumir bens e serviços, preferirão investir parte de seus orçamentos em aplicações nos bancos e no mercado financeiro. Em relação aos preços, a tendência é que baixem em função da queda no consumo de bens e serviços e dos estoques de bens produzidos e não consumidos nos prazos previstos, situação bastante característica de recessão, comprovada caso o PIB do país decresça por três trimestres consecutivos.

Portanto, pode-se resumir essa primeira hipótese a partir da seguinte tendência:

$$\text{Se} \uparrow j = \downarrow C.$$

Cabe observar que apesar de não estar explicitado claramente, a variável resultado das políticas fiscais - Cy - estará sujeita e dependerá da atuação dos Governos no que condiz às políticas macroeconômicas de Transferências ($\uparrow$TR) e de forma mais indireta, de redução tributária ($\downarrow$t), como instrumento de estímulo ao consumo.

Em relação às hipóteses de comportamentos atribuídas aos planos de investimentos das empresas, pode-se dizer que um aumento das taxas de juros implicará numa queda na demanda por crédito. Ao mesmo tempo haverá uma maior disponibilidade de crédito a "preços

finais" mais elevados, o que influenciará em menores níveis de investimentos (I) voltados ao incremento e aumento da produção. A produção através do investimento (I) influencia diretamente no consumo (C), medido por famílias, logo, a queda nas vendas de bens e serviços gerará um círculo recessivo que impactará diretamente na demanda agregada do país, pois se buscará estimular a produção de acordo com o que se vai consumir. A tendência, portanto, é que esse quadro gerará um maior índice de desemprego, o que reduzirá em médio prazo os poderes de compras dos lares, favorecendo, dessa maneira, a formação de um ciclo recessivo da economia do país.

No esforço de descrever essa hipótese de forma mais simples, temos:

$$\text{Se } \uparrow j \Rightarrow \downarrow I$$

e se

$$DA^* = C^* + I^*$$

logo,

Produto Interno Bruto estará em queda, pois os níveis de Consumo e de Investimentos estarão em decréscimos ($\downarrow DA = \downarrow C + \downarrow I$).

De uma forma resumida e mais abrangente em que incluam os processos e efeitos da queda da demanda agregada em função da subida dos juros, pode-se dizer que: $\uparrow j \Rightarrow \downarrow I = \uparrow$desemprego $\Rightarrow \downarrow C =$

↑ disponibilidade de créditos (‘com preços finais dos financiamentos mais altos’) = ↓ preço (deflação em função dos estoques gerados pela baixa no consumo).

Já numa economia prioritariamente aberta ao comércio, ou seja, ⇒ Contas Nacionais é relativamente = Balança Comercial ⇒ (X-M) = Variação da Reserva. Uma desvalorização do câmbio (↓ c) seguido de um aumento de impostos fixos (↑ t) tenderá em médio prazo, a um aumento das exportações (↑X) com o preço do produto desse país mais competitivo a nível externo e um aumento do ingresso (↑Y) a nível interno via impostos. Nesse cenário, as reservas do Banco Central dependeriam do saldo da balança comercial estimulado pela desvalorização da moeda e pelo consequente ganho de competitividade no mercado internacional. Já o crescimento do produto em âmbito doméstico, estaria diretamente vinculado aos estímulos gerados pela política macroeconômica adotada pelo governo – especialmente por meio de Transferências - uma vez que existiria uma tendência de crescimento do ingresso a nível interno com o aumento da tributação.

Para que essas medidas tenham êxito, é necessário por um lado que o Banco Central tenha mais controle sobre a demanda do país através do acúmulo de reserva pelo aumento das exportações (↑X) e a queda nas importações (↓M) - em razão de um aumento do preço do

produto importado no mercado interno - tornando assim a balança comercial superavitária. Por outro lado, é necessário que o governo, com o aumento do ingresso, também promova políticas macroeconômicas que redistribuam as riquezas através de transferências, estimulando assim o consumo (↑Cy). Tudo isso proporcionará um aumento dos investimentos (↑I) e um consequente crescimento, em médio prazo, da Demanda Agregada.

Todavia, é fundamental problematizar esse ciclo, levando em consideração os efeitos da desvalorização da moeda, que geraria maior vulnerabilidade à volta da espiral inflacionária e um aumento dos impostos fixos (que implicaria em termos gerais, menores índices de consumo). Portanto, para controlar a inflação nesse caso, seria necessário aplicar mecanismos de controle interno como retenções a determinados produtos exportados, implementar políticas tributárias progressivas de modo que os que mais recebem, mais pagam e fazer com que esse aumento de ingresso realmente seja revertido em políticas de transferências. Porém, é importante frisar que num cenário de consumo (C) em ritmo maior que o investimento (I) – variável que depende diretamente de questões relacionadas à infraestrutura, educação, etc. - também tende à geração de inflação, uma vez que a demanda por créditos, produtos e serviços torna-se maior que o nível de investimento e de fornecimento desta mercadoria.

Outro debate importante a se aprofundar, refere-se à política cambial de um país. Nesse sentido, pode-se dizer que a taxa de câmbio é uma variável bastante importante dentro de uma economia, pois, como já visto, pode influenciar, principalmente internamente na produção, no consumo e nos índices de inflação. Externamente, a influência é no comércio e no movimento de capital. Sendo assim, o Banco Central busca manejar o mercado cambial com o objetivo de melhorar o desempenho de certas variáveis econômicas de seu interesse. Para isso, existem diferentes tipos de regimes cambiais, dos quais podemos apontar basicamente o de taxas fixas, no qual o preço da moeda nacional em termos da moeda estrangeira é dado e o equilíbrio do mercado é obtido pela compra e venda de divisas e o de taxas flexíveis, no qual o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira oscila livremente, para garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda de divisas.

Outro tema importante refere-se às reservas do Banco Central. Pode-se dizer, de forma resumida, que as reservas se acumulam principalmente através do saldo nas contas nacionais de um país. Essa reserva é um dos principais determinantes na definição do valor da moeda e consequentemente, dos níveis de inflação de um país.

Para compreender genericamente a dinâmica de valorização e "sustentação" de uma moeda, é necessário pensar quais são as

principais formas da entrada dessas moedas num país (via conta corrente, "produção" ou balança comercial (X-M) ou via balança de capitais ⇒ mercado financeiro, transferências, etc...). Cabe observar que o dinheiro ao entrar num país é convertido em moeda local. De forma bastante simples, pode-se dizer que um país A com taxa de câmbio flexível possui superávit comercial e na balança de capital em relação ao país B; logo a moeda do país A tende a se valorizar em relação à do país B.

Em linhas gerais, as moedas das transações externas que entram em um país via exportações de bens e serviços, recebimentos de doações e indenizações de estrangeiros, recebimentos de empréstimos estrangeiros, recebimentos de reembolsos de capital estrangeiro e vendas de ativos estrangeiros, ficam retidas nas reservas do Banco Central, - que emite moeda nacional - como forma de equilibrar a economia de um país e se prevenir de eventuais desequilíbrios externos.

Para abordar mais diretamente a questão, - que trata da impossibilidade de um Banco Central para agir concretamente em uma economia em crise, completamente aberta, de livre movimento de capitais e com taxas de câmbio fixo – deve-se adentrar ao que os especialistas em macroeconomia chamam de "trindade impossível", demonstrada, nas décadas de 1960 e 1970 - nos tempos das taxas fixas

de câmbio - pelo Prêmio Nobel Robert Mundell. Basicamente, demonstrou-se que não é possível ter ao mesmo tempo elevada mobilidade de capitais internacionais, taxa fixa de câmbio e política monetária independente.

O exemplo atual mais claro dessa impossibilidade é o clássico caso da Argentina, que no período entre 1991 e 2001 manteve uma relação fixa por lei contra o dólar (com paridade 1 a 1), ferramenta que pretendeu utilizar para colocar em prática o programa de estabilização contra a inflação. Obviamente que tal atitude teve consequências desastrosas para aquele país.

Com este sistema de "caixa de conversão", o governo argentino renunciou a ter uma política monetária autônoma, já que a quantidade de circulante em moeda local estava determinada pelos ingressos e saídas de capital internacional em dólares.

Apesar do estabelecimento de um câmbio fixo por lei, as dificuldades foram aumentando. Eis algumas delas:

- A inflação interna continuou crescendo porque não se pôde cortar o déficit estatal.
- A moeda local se sobrevalorizou em termos reais e se tornou impossível aumentar as exportações, pelo contrário, o déficit comercial e nas contas nacionais aumentaram.

- Estes déficits puderam ser cobertos por empréstimos internacionais e pela venda das empresas do Estado, através do cumprimento das medidas de austeridades propostas por esses novos agentes geoeconômicos que estavam emergindo.
- Quando a confiança se quebrou, o Fundo Monetário Internacional não renovou seus empréstimos e as casas matrizes dos bancos que tinham sucursais na Argentina, não acudiram em auxílio com dólares na 'corrida bancária'.
- Os bancos não podiam atuar com empréstimos de última instância porque o público demandava dólares e não moeda nacional em cumprimento da 'Caixa de Conversão' que por lei se havia criado.

Vale observar que países como Argentina, além de adotar o sistema de caixa de conversão, possuíam, ao contrário dos países pequenos, um sistema bancário bastante complexo e significativo. Em função disso, o país se tornava mais sensível e vulnerável às diferentes crises financeiras globais. Como exemplo, pode-se destacar a ação da Argentina frente à crise do México de 1995. Ou seja, a única possibilidade para não afetar abruptamente o sistema financeiro interno do país, foi através de empréstimo junto ao FMI, utilizado em grande parte para recapitalizar o sistema bancário e financiar um

sistema de seguro de depósitos, prorrogando desta forma, o crescente problema de endividamento.

Nas palavras de Batista Jr., que compara a convertibilidade e a fixação do câmbio argentino como um "resgate da dinâmica do padrão-ouro":

> O programa argentino pode ser visto como uma variante extremamente rígida de estabilização com âncora cambial. E é esta rigidez incomum que tanto aproxima das regras de funcionamento do antigo padrão-ouro, com o dólar ocupando o lugar da relíquia bárbara. (...) Uma coisa é adotar o padrão-ouro quando as principais moedas do mundo operam dentro desse modelo; outra completamente diferente é adotá-lo num mundo em que as principais moedas flutuam entre si. Uma expressiva valorização da moeda âncora em relação a outras moedas importantes para as transações internacionais do país em questão pode gerar desequilíbrios inadmissíveis de balanços de pagamentos, especialmente se vier acompanhada – como acontece nos anos iniciais de um programa de estabilização – de uma inflação na moeda ancorada superior à inflação da moeda âncora ou, ainda, se o programa já tiver começado com uma taxa de câmbio valorizada[2].

Em resumo pode-se dizer que:

- É impossível manter uma paridade fixa e ao mesmo tempo pretender ter uma política monetária autônoma num mercado aberto ao capital internacional.

[2] BATISTA JR. 2000, p. 331.

- Num contexto de flutuação cambial, uma política autônoma requer grandes controles sobre os movimentos de capital.

Se se abandonar a ideia de se ter uma política monetária própria e se libertar o mercado de capitais, o tipo de câmbio fica liberado à volatilidade de fluxos de capital.

Portanto, como a macroeconomia depende das visões e planejamentos conjunturais que perpassam por políticas fiscais, monetárias e cambiais e pela atuação de uma gama enorme de agentes e atores, cada um com seu interesse interno e externo, é muito simples o modelo que foi apresentado como próximo ao ideal, mas serve para se pensar e englobar os sujeitos e os processos que podem dinamizar o ciclo macroeconômico.

A partir da discussão feita, interessa pensar no nível de priorização das políticas voltadas à atração do turismo internacional, uma vez que a balança comercial e a consequente regulação do câmbio – elemento extremamente importante na contenção da inflação – perpassa por trocas de serviços e mercadorias entre dois ou mais países.

Nesse contexto, o turismo, numa perspectiva internacional, está inserido diretamente no balanço econômico-comercial e está absolutamente relacionado a diversas variáveis que surgem como

atrativas ou repulsivas. Por outro lado, as políticas de incentivo ao turismo doméstico, tendem a contribuir com o aumento nos índices de Investimento (I) e consequentemente com um aumento no Consumo (C), logo, colabora direta ou indiretamente com diversas atividades econômicas às quais o fenômeno do turismo está envolvido.

Vale apontar também sobre o papel do valor do câmbio para a promoção do turismo. Pode-se prever que países com moedas extremamente valorizadas, tendem a perder competitividade como destinação do turismo internacional. Por outro lado, um câmbio desvalorizado tende a favorecer os diversos setores ligados ao turismo, pois torna mais barato o destino para os turistas oriundos de países com moedas mais fortes. Todavia, é fundamental dizer que o câmbio desvalorizado é um importante fator de geração de inflação, dessa forma, pode impactar negativamente na escolha do país como destino, em função, em médio prazo, da percepção por parte dos turistas, do encarecimento sobre os diversos bens de consumo. Além do mais, câmbio desvalorizado não deve ser visto pelos países receptores como um fator positivo de competitividade turística.

Assim, vale destacar que os turistas não visitam os destinos internacionais motivados somente pelos baixos preços dos bens e serviços turísticos. É certo que os preços influenciam, mas estudos mostram que a boa imagem do destino, a qualidade dos serviços e

bens turísticos, a variedade da oferta turística e a segurança, são os principais motivadores que atraem turistas internacionais.

CAPÍTULO 3

O turismo nos diferentes contextos da política internacional contemporânea

O TURISMO NOS DIFERENTES CONTEXTOS DA POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

> *Um fato quase universal no poder público é a vontade da maioria dos dirigentes políticos de fazer crescer a atividade turística, tanto por seu valor econômico como por ser um dos setores que mais geram emprego, embora sempre encontremos quem opine, equivocadamente, que o turismo não dá tantos votos como as obras públicas.*
>
> *CHIAS, Josep, 2007, p. 25*

Neste capítulo serão destacados alguns fatos da história contemporânea que impactaram nos fluxos do turismo internacional. Tal impacto se deu em razão de uma série de barreiras e restrições que geraram às diversas atividades ligadas à mobilidade e acessibilidade (cambial e migratória) do fluxo turístico mundial.

A década de 1990 foi marcada pela ampla implementação dos ideários neoliberais, especialmente nos países considerados emergentes. Eles passaram a se preocupar com as ameaças internas, uma vez que a ordem internacional - medida através das decisões e intervenções dos diversos organismos supranacionais - encontrava-se relativamente estabilizada.

Portanto, pode-se dizer - de forma genérica - que, do ponto de vista geopolítico, o período foi marcado pela ausência de ameaças à

paz internacional, na medida em que as ações das grandes potências militares do mundo[3] obedeciam às decisões das Organizações das Nações Unidas no âmbito de seu Conselho de Segurança, inclusive na própria deflagração da Guerra do Golfo em 1990.

Por outro lado, do ponto de vista geocultural, o cenário internacional apresentava uma série de conflitos internos, gerados, na maioria dos casos, pela falta de influência de uma das potências do antigo contexto bipolar na contenção de históricas questões étnico-religiosas, sendo o mais clássico dos conflitos da época, a Guerra da Bósnia, iniciada em 1992.

Já do ponto de vista geoeconômico, a década de 1990 caracterizou-se pelo surgimento de uma série de novos atores que sustentavam e orientavam o sistema internacional – muitas vezes através da utilização de organismos supranacionais como o próprio Fundo Monetário Internacional - no sentido de atuar livremente nos países emergentes, através da apresentação de receituários para a contenção das instabilidades político-econômicas internas, geradas por enormes endividamentos e déficits em suas contas nacionais. Por outro lado, do ponto de vista do turismo internacional, pode-se dizer que o período foi bastante favorável, uma vez que a relativa abertura

[3] Cabe observar que dentre as potências militares, encontrava-se a Rússia "adormecida" com o fim do modelo socialista.

de fronteiras, a contenção inflacionária nos países emergentes[4], a sensação de término das ameaças ao sistema global e o processo de avanço nos meios técnico-científico e informacional, caracterizaram uma fase da modernidade extremamente favorável ao surgimento e ao estímulo do turismo internacional. Obviamente que estamos nos referindo especialmente ao mundo ocidental, com especial destaque para as Américas, Europa e Oceania.

A primeira década dos anos 2000 caracterizou-se por momentos extremamente conturbados da política e da economia internacional. Pouco antes, ainda no ano de 1998, com a questão da intervenção em Kosovo através do aparato da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)[5] - sem o consentimento de todos os membros do Conselho de Segurança da ONU – especificamente da Rússia e da China – o respeito às normas que regem o direito internacional havia sido abalado, uma vez que a hegemonia político-militar ocidentalista[6] substituía o sentimento multipolar de participação no sistema internacional. Aliado a isso, a situação social dos países emergentes adeptos às regras neoliberais propostas pelo

[4] Vale observar que a contenção inflacionária foi acompanhada por uma grave crise social, gerada pela redução e não intervenção do Estado, resultado das medidas de austeridades propostas pelos agentes geoeconômicos.
[5] Organização Militar criada na época da Guerra Fria.
[6] Termo utilizado pelo Geopolítico André Martin (2013), para tratar dos países centrais em contrapartida do Meridionalismo representados pelos novos atores no cenário internacional a exemplo dos BRICS.

Consenso de Washington[7], se agravava em função de uma não intervenção do Estado na economia e pela consequente ação de privilegiar as políticas monetárias caracterizadas por altas taxas de juros, em detrimento de políticas de incentivo ao investimento e ao consumo.

Particularmente o ano de 2001 foi um marco importantíssimo no debate sobre o Sistema Internacional. As ações terroristas no 11/09 em escala global e a crise financeira argentina, conhecida como corralito em escala subcontinental, expuseram a falência do modelo político-econômico vigente e derivaram numa série de questões que se desdobraram num novo mapa geopolítico internacional, com impactos diretos em todas as atividades econômicas, em especial no turismo internacional.

Por um lado, após os ataques às torres gêmeas, o mundo experimentou uma tentativa de imposição, por parte dos Estados Unidos, de uma ordem internacional pautada na unipolaridade e no total descumprimento do direito internacional. Nesse contexto, as concepções de novas ameaças associadas principalmente aos grupos terroristas[8] e ao crime organizado internacional, deram margem à classificação dos chamados estados frágeis, que supostamente

[7] Conjunto de normativas criado em 1989 que fundamenta a política oficial do Fundo Monetário Internacional.
[8] Especialmente atrelados ao fundamentalismo religioso islâmico.

concentravam membros desses grupos em seus territórios, os quais - em nome da "paz mundial" - deveriam sofrer intervenções internacionais sem passar por nenhuma consulta dos organismos multilaterais, como apontado na Figura 3 exposta na página seguinte.

Tabela 2 - **Efeitos do 11/09 na Ordem Internacional**

	Até 11/09	**Pós 11/09**
Estratégia	**Contenção** (no período da Guerra Fria – limitar expansão da URSS), (pós Guerra Fria – Rússia ressurgente e China emergente).	**Primazia** (lógica interestatal) não tolerará nenhuma potência de igualdade, não equiparar produto (terrorismo).
Doutrina	Sustentada na doutrina militar de **Dissuasão** (aniquiladora resposta se for atacado).	**Ataques:** **Preventivos** – num período x um país vai ser uma ameaça, então se ataca agora, punição independente. **Preemptivos** – ação feita a partir de evidências e iminência de um ataque. (Diferença substantiva nos planos do direito, político e militar).
Tipos de Alianças	**Firmes/Institucionalizadas**, se ataca um, todos respondem. Ex: OTAN, TIAR.	**Compromissos Ad Hoc**, Não institucionalizadas (um ator que comanda - Coalizão de Willing – na aliança não existe uma estrutura formal).

Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

No âmbito do turismo internacional, as regras nos aeroportos e na aviação, as normas de acesso aos países, a sensação de insegurança permanente, especialmente nos países centrais e, finalmente, o aumento das exigências migratórias, geraram uma queda no número de turistas que viajavam pelo mundo e um consequente sentimento de fechamento das fronteiras. Foi um dos anos mais críticos do turismo internacional.

Numa perspectiva subcontinental, após o corralito, e aliado a isso, a grave situação econômica e social dos países da região no início dos anos 2000, observou-se uma reviravolta político-institucional na América do Sul, com a eleição de uma série de governos que priorizaram uma maior intervenção do Estado na economia e na promoção do investimento e do consumo interno - por meio da priorização de políticas fiscais, especialmente via transferências diretas e indiretas - como forma de estimular e recuperar a economia interna, através do aumento de potenciais consumidores.

Pode-se dizer, portanto, que, a partir dessa nova configuração política regional, a agenda de integração subcontinental passou a dar prioridade às questões mais focadas no aprofundamento das relações políticas e no setor de infraestrutura física regional. Nesse sentido, o turismo intrarregional, como já discutido, foi favorecido, seja por meio dos acordos políticos, pela melhoria da infraestrutura física de

ligação entre os países, ou mesmo pelo aumento do poder de compra dos cidadãos sul-americanos.

Percebe-se, então, que a primeira década dos anos 2000 caracterizou-se por mudanças radicais na ordem internacional, sejam elas econômicas ou de âmbito geopolítico.

Por volta do ano de 2006, o cenário já era bastante diferente. A desmoralização da Doutrina Bush se tornou generalizada após a impopular invasão unilateral do Afeganistão em 2001 e do Iraque em 2003 - sob alegação de caça aos terroristas e de busca de armas químicas, biológicas e até mesmo nucleares. Posteriormente, tal alegação mostrou-se ser falsa. Além disso, a explosão da crise dos subprimes que se desdobrou na crise financeira de 2008 demonstrou a incompetência dos republicanos no trato das questões econômicas internas, refletindo, assim, na eleição do democrata Barack Obama em 2008.

A situação econômica da primeira década de 2000 levou à constatação de uma situação curiosa. Enquanto os Estados Unidos no período de 2001 a 2003 estavam em estabilidade econômica e financeira, o Brasil estava em crise. Porém, entre 2008 a 2010 a situação se inverteu, o Brasil se estabilizava enquanto os Estados Unidos enfrentavam uma das maiores crises financeiras de sua história recente.

De outro lado, a China surgia como uma das três principais potências econômicas, políticas e militares do mundo, muito favorecida por seus massivos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, pelo seu moderno parque industrial, pelo potencial de mercado consumidor dentro de uma população de mais de 1,2 bilhão de habitantes e especialmente pela guerra cambial que busca continuamente desvalorizar artificialmente a sua moeda (o Yuan) para ganhar competitividade no comércio internacional. Além disso, se deve destacar os baixos custos de produção dos produtos manufaturados por lá, reduzidos especialmente pela produção em larga escala, qualidade duvidosa, pagamento de baixos salários e altos e nocivos impactos ao meio ambiente em geral.

A Índia foi outro país que emergiu ao longo da última década com seus investimentos em ciência, tecnologia e inovação e seu potencial de consumo medido pela população de mais de 1 bilhão de habitantes. Apesar de tal crescimento seus problemas se assemelham com os da China, além de terem o mesmo gargalo de produção que em curto prazo cobrará seus créditos: a falta de sustentabilidade ambiental generalizada em suas linhas de produção.

O Brasil surge nesse contexto, principalmente através da emergência da classe C, composta por aproximadamente 102 milhões de potenciais consumidores que alcançaram essa posição por meio do incentivo governamental - através das políticas de transferência - o

que se desdobrou numa situação de pleno emprego no país. Além das políticas de transferência, é notório que o país teve avanços econômicos e culturais significativos após a estabilidade econômica e contenção da inflação a partir da metade da década de 1990, que se sedimenta a partir dos dois mandatos do governo Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010).

As políticas de inclusão social, de crescimento da economia, de elevação dos gastos públicos e consequentemente maiores investimentos em infraestrutura básica, além do fortalecimento da indústria nacional fizeram com que milhões passassem a ganhar mais e a consumir mais. Esse fator elevou o padrão de gastos e exigiu melhorias na qualidade dos serviços. Tudo isso evidenciou uma situação sui generis: ao mesmo tempo em que o país crescia, dava sinais que não estava preparado para tal crescimento. Portos, aeroportos e rodoviárias lotados, estradas esburacadas, linhas férreas sucateadas, política públicas nem sempre bem direcionadas… são alguns dos trágicos exemplos nacionais.

Finalmente a Rússia ressurge também como um dos principais atores da política internacional, através da retomada do Estado, visto como promotor da economia interna do país, do desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação e defensor de suas enormes reservas de

recursos naturais, especialmente de gás, que sustentam grande parte da Europa.

Esses quatro países surgiram nesse novo contexto geopolítico e geoeconômico do mundo, através do acrônimo Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC), que passa a representar uma nova força econômica e política no cenário internacional. Alguns autores incluem a África do Sul neste grupo, tornando-o BRICS. Porém, os desdobramentos políticos e os estudos futurísticos ainda não permitem avaliar esse contexto com a métrica clássica científica. Resta, no momento, aos estudiosos, analisarem o desenrolar dos fatos com análises mais pontuais.

Portanto, pode-se dizer que o século XXI começou com uma crise iniciada nos anos 1970 e 1980, que na época atingiu mais diretamente os países emergentes dos chamados terceiro mundo. Entre os anos 1980 e 1990, a crise se espalha para os ex-países socialistas do denominados segundo mundo, dando fim ao "breve século XX".[9] A partir dos anos 2000 os países capitalistas centrais denominados primeiro mundo passam a sofrer com os efeitos da crise, muito em função da estrutura econômica criada por esses mesmos Estados.

[9] Expressão criada pelo historiador marxista Eric Hobsbawn ao se referir ao século XX, que segundo ele começou com a Primeira Guerra Mundial (1914) e terminou com a queda da União Soviética (1991).

Ao analisar o turismo internacional nesse contexto político e econômico atual, percebe-se que não somente a sensação de ordem multipolar no mundo, mas também a melhoria nas condições de vida de grande parcela da população mundial, especialmente das novas potências emergentes, contribui nas condições que esta enorme camada populacional possui para usufruir do turismo. A crise nos países centrais, especialmente nos países da zona do Euro gerou uma necessidade e uma busca pela entrada de capitais no país, sendo assim, a recepção de turistas internacionais, algo extremamente interessante, especialmente em momentos de déficit nas contas nacionais e no consequente descrédito dos agentes financeiros internacionais. O turismo tornou-se uma saída bastante atrativa, capaz até de alterar políticas migratórias em nome da entrada de turistas internacionais e da necessidade de equilibrar a saída de capitais do país.

Nesse contexto, é válido apontar os episódios da Primavera Árabe ocorridos em países das regiões do Magreb e do Oriente Médio, onde uma onda revolucionária iniciada em 2010 e marcada por uma série de protestos e manifestações populares derrubaram governos e geraram graves inquietações políticas como no Egito e na Tunísia e impactaram diretamente nos organismos responsáveis pela governança global - a exemplo das intervenções internacionais na Líbia.

Essa instabilidade na região, de certa forma, influenciou positivamente - do ponto de vista do turismo receptivo – a países europeus mergulhados em crises financeiras como Espanha, Portugal, Grécia, Malta e Itália, que são considerados destinações turísticas maduras, especialmente por concentrar importantes e diversificados atrativos aliados à segurança, estabilidade e na atual fase, ao barateamento dos produtos e serviços nas localidades.

Portanto, ao relacionar a latente situação de instabilidade política em importantes destinações mediterrâneas do norte e nordeste da África com as atuais conjunturas econômicas em países da Europa Mediterrânea, pode-se prever um declínio de emissivo e um aumento do receptivo turístico nesses países europeus o que de certa maneira, reduz os impactos do atual cenário de crise em diversas localidades da região e por outro lado, agravam a situação dos países africanos, afetados por complexas questões políticas domésticas.

CAPÍTULO 4

O turismo e as instituições supranacionais

O TURISMO E AS INSTITUIÇÕES SUPRANACIONAIS

> *Três organizações internacionais de comércio com interesse em turismo são o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Organizações com interesses mais específicos em atividades de turismo compreendem a Organização Mundial do Turismo (OMT), a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), a Organização Marítima Internacional (OMI), o Conselho de Cooperação Alfandegária (CCA) e órgãos regionais, como o Conselho de Turismo do Pacífico Sul (CTPS) e o Programa de Turismo da Organização dos Estados Americanos (OEA).*
>
> *BENI, 2011, p. 23*

Diversas instituições responsáveis pela governança global do ponto de vista do comércio, das finanças e mais diretamente da manutenção da paz internacional, surgiram num contexto de pós II Guerra Mundial e ao longo das últimas décadas, passaram por várias mudanças estruturais segundo as diferentes ordens mundiais vigentes.

Nesse sentido, entendendo o turismo como um fenômeno extremamente globalizado, vale o esforço de analisar como as principais instituições globais das finanças e do comércio – o FMI e a OMC - abordam de forma pragmática o setor em seus compromissos

institucionais e qual o papel específico da OMT, organismo pertencente à estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU).

O TURISMO E O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

> O Fundo Monetário Internacional (FMI) é composto por 188 países, trabalhando em torno de uma cooperação monetária global, estabilidade financeira, facilitação no comércio internacional, promoção do emprego e do crescimento econômico sustentável e pela redução da pobreza ao redor do mundo[10].

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma das instituições que compõem o sistema de Bretton Woods, implementado em 1944. Sua principal função - teoricamente - é manter o bom funcionamento do sistema financeiro internacional, estando atento principalmente, às questões relacionadas ao protecionismo comercial por meio de medidas cambiais e ao combate dos desequilíbrios nas contas nacionais dos diversos países signatários, fator determinante na contenção da espiral inflacionária e na consequente estabilidade política doméstica.

Portanto, de maneira geral, pode-se dizer que as atribuições do FMI – de acordo com a ordem econômica mundial vigente -

[10] http://www.imf.org/external/about.htm

contribuem com o turismo internacional, na medida em que a estabilidade política é um fator determinante na atração de turistas e que a saúde financeira do país contribui no aumento do poder de consumo da população em decorrência de uma provável ascensão social das camadas menos favorecidas.

Porém, é importante apontar que os índices de desigualdade socioeconômica, bastante assimétricos nos países periféricos e emergentes, devem prioritariamente ser combatidos a partir de ações de políticas de transferências diretas e da atuação do Estado na implementação de políticas fiscais que contribuam no combate aos gargalos infraestruturais de âmbito doméstico e consequentemente, nos níveis de empregos decorrentes do impulso dado ao setor produtivo.

Vale ilustrar que como grande parte dos organismos multilaterais, predominantemente financiados e comandados por países centrais, as ações do FMI, acompanham as diversas diretrizes impostas pelos cenários político-econômicos internacionais, atuando muitas vezes, de forma parcial, na busca pela manutenção do status quo mundial.

O TURISMO E A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

> A Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ser vista a partir de diversas perspectivas. É uma Organização para a abertura do comércio. É um fórum para que os governos negociem acordos comerciais. É um lugar em que podem resolver suas diferenças comerciais[11].

A Organização Mundial do Comércio (OMC) surgiu através da Rodada do Uruguai em 1993 e que passou a funcionar em 1995. É oriunda do Acordo Geral de Tarifa e Comércio (GATT) e possui caráter importante no âmbito da governança global. Como já brevemente discutido, questões comerciais são temas delicados no que tange às relações internacionais. Países com déficits em suas balanças comerciais tendem a ter maior instabilidade econômica em decorrência da provável desvalorização do câmbio e do consequente surgimento da espiral inflacionária, se desdobrando assim em uma maior dependência dos agentes geoeconômicos ligados aos mercados financeiros, cujas práticas especulativas são bastante conhecidas pelos países emergentes e vivenciadas atualmente pelos países centrais, especialmente os da zona do Euro.

[11] http://www.wto.org

As duas guerras mundiais decorreram especialmente por questões relacionadas às instabilidades econômicas domésticas promovidas pelo desbalanceamento do comércio internacional, gerados por práticas protecionistas em todos os âmbitos. Nesse sentido, é de mera importância, até mesmo para a área do turismo, a regulação e o controle – através da aplicação de medidas compensatórias – das diversas formas de protecionismo, especialmente os de cunho cambial, como já vem sido discutido pelo próprio Brasil no âmbito da OMC.

Nota-se, portanto, que a OMC pode vir a contribuir com o turismo através da regulação do comércio, com o objetivo de manter o equilíbrio entre os mercados, sem favorecer a um ou a outro grupo de países, especialmente no que tange às questões relacionadas à desvalorização artificial de moeda e o consequente ganho de competitividade no comércio internacional, uma vez que, como já discutido, o cambio desvalorizado tende a ser um fator importante na atração de turistas internacionais.

O TURISMO SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS VIA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO

> A Organização Mundial do Turismo (OMT) é o organismo das Nações Unidas encarregado pela promoção de um turismo responsável, sustentável e acessível para todos[12].

A origem da Organização Mundial do Turismo (OMT) remonta o Congresso Mundial de Associações Oficiais de Tráfegos Turísticos em 1925, passando a ser considerada a maior Organização não governamental (ONG) do setor com a formação da União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens no pós II Guerra Mundial. Foi transformada em órgão intergovernamental em 1974 e em agência especializada da Organização das Nações Unidas em 2003.

Os objetivos da OMT permeiam a criação do código global de ética para a área, com intuito de maximizar os benefícios socioeconômicos das diversas atividades afins e minimizar os efeitos negativos que o turismo pode gerar, seja na economia dos países deficitários, seja numa localidade específica através dos impactos de um turismo não planejado na vida dos autóctones.

[12] http://www2.unwto.org/en/content/who-we-are-0

Portanto, a OMT, com seus atuais 155 países membros, além de 400 membros associados, se coloca como um organismo cujo compromisso é o de transformar o turismo num instrumento de combate às assimetrias socioeconômicas no mundo, promovendo um desenvolvimento inclusivo e respeitando a sustentabilidade ambiental, para assim colaborar no alcance das Metas de desenvolvimento das Nações Unidas para o Milênio.

A OMT define turismo como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros". Sabe-se, porém, que esta definição é vastamente criticada e revisada seguidamente por autores renomados de turismo. Porém, o que importa dizer é que as ações da organização culminam na produção de dados e indicadores do turismo internacional no sentido de planejar e implementar programas relacionados à cooperação técnica, à gestão de destinos, ao desenvolvimento sustentável, aos estudos de mercado e finalmente à educação e formação profissional.

PARTE II

TEMAS DO TURISMO INTERNACIONAL

CAPÍTULO 5

Fluxos globais e regionais do turismo internacional

FLUXOS GLOBAIS E REGIONAIS DO TURISMO INTERNACIONAL

O presente capítulo pretende discutir os fluxos do turismo internacional a partir dos dados oficiais da Organização Mundial do Turismo - OMT (2012 e 2013). É feita análise mais detalhada a partir recortes subcontinentais propostos pela própria OMT. Com isso é possível refletir sobre diversos fenômenos de ordem política, cultural, social, econômica, territorial e físico-ambiental, que redinamizam os fluxos e redesenham os destinos. Os dados analisados são referentes aos anos de 2011 e 2012, porém publicados em 2012 e 2013, respectivamente.

As limitações das estatísticas turísticas da OMT já foram devidamente discutidas em estudos anteriores (SHACKLEFORD, 1980; LICKORISH, 1997; TIBONI, 2001; COSTA, 2003; RABAHY, 2003; TOMILLO NOGUERO, 2010; YU e HUI, 2014), mesmo assim, até o presente momento, trata-se da metodologia mais adequada e confiável para a mensuração dos fluxos turísticos. Portanto, não é objeto do presente estudo apontar as limitações do método proposto pela OMT, mas sim, fundamentado nele, discutir, com a elaboração de mapas, a perspectiva do turismo global e suas influências e desenvolvimento em escala menor.

A estatística apresenta um universo de 983 milhões de viagens internacionais em 2011 (OMT, 2012). Em 2012 o fluxo mundial alcançou a casa de 1,035 bilhão (um bilhão e trinta e cinco milhões) de turistas internacionais (OMT 2013b). Numa breve apresentação sobre os principais destinos do turismo internacional, observa-se na Tabela 3 e no Mapa 1 a predominância do número de chegada de turistas estrangeiros nos países centrais do Hemisfério Norte, em especial nos polos turísticos consolidados.

Tabela 3 - **Receptivo internacional por macrorregião em 2012**

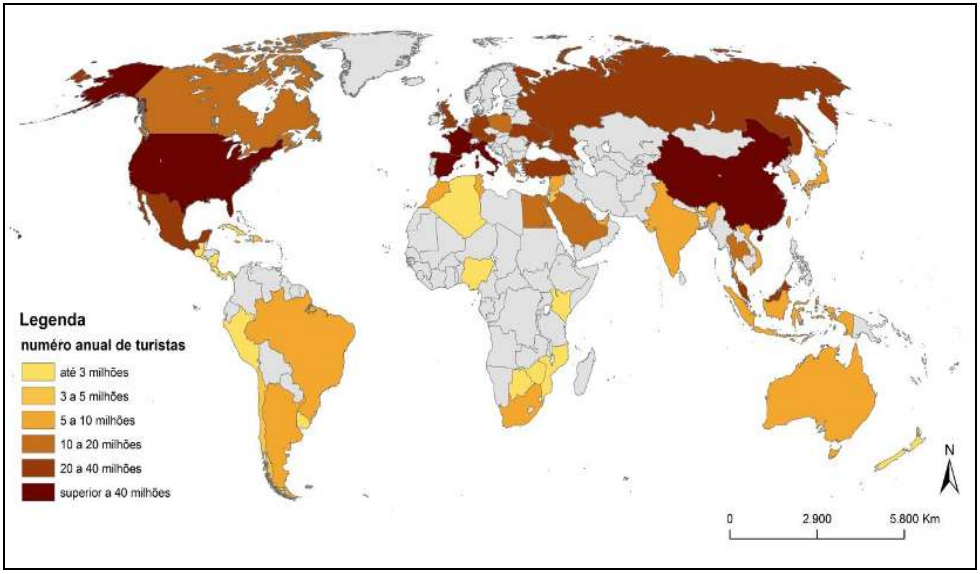
Regiões	**Número de turistas recebidos em 2012**
Europa	534.4 milhões
Ásia	221.5 milhões
América do Norte	105.9 milhões
Oriente Médio	52.6 milhões
África	52.6 milhões
América Central e Caribe	29.9 milhões
América do Sul	27.2 milhões
Oceania	12.1 milhões
Total	**1.035 bilhão**

Fonte: OMT (2013b).

O fato dos destinos consolidados receberem mais turistas internacionais perdura de longa data. Ele pode ser explicado por

muitos fatores, tais como o grande público consumidor de turistas de tais destinos que são tanto emissivos quando receptivos, a elevada qualidade dos bens e produtos turísticos dos destinos, a boa imagem e o longo histórico de desenvolvimento do turismo, entre outros. Ao contrário, América do Sul e Oceania, por estarem distantes dos grandes países emissores de turismo e serem destinos jovens, entre outros fatores, são as duas macroregiões que recebem menos turistas.

Mapa 1 - **Principais destinos turísticos subcontinentais em 2011**



* Porcentagens correspondentes aos totais de chegadas de turistas em âmbito subcontinentais, segundo recorte feito pela OMT (2012).
Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

AMÉRICAS

As Américas do Sul, Central e do Norte, são compostas por 52 países. Juntas receberam, em 2011, 156,6 milhões de turistas internacionais, ou 15,9% do total mundial. Em 2012 esse número subiu para 163 milhões de chegadas, porém a participação no fluxo mundial de viagens internacionais caiu para 15,7% do total de viagens naquele ano (OMT 2012 e OMT 2013b)[13].

AMÉRICA DO SUL E OS DESAFIOS NA ATRAÇÃO DE TURISTAS EXTRARREGIONAIS

Nos 14 países da América do Sul aportaram, em 2011, 26 milhões de turistas estrangeiros. Em 2012 esse número subiu para 27.2 milhões, representando 2,6% do fluxo mundial de turistas internacionais (OMT, 2013b).

Ao se tratar do turismo em uma perspectiva subcontinental, pode-se apontar que na América do Sul os principais fluxos concentram-se basicamente no Cone Sul, principal polo econômico da região, que engloba especialmente as regiões Sul e Sudeste do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile. Esse fato deriva principalmente da baixa

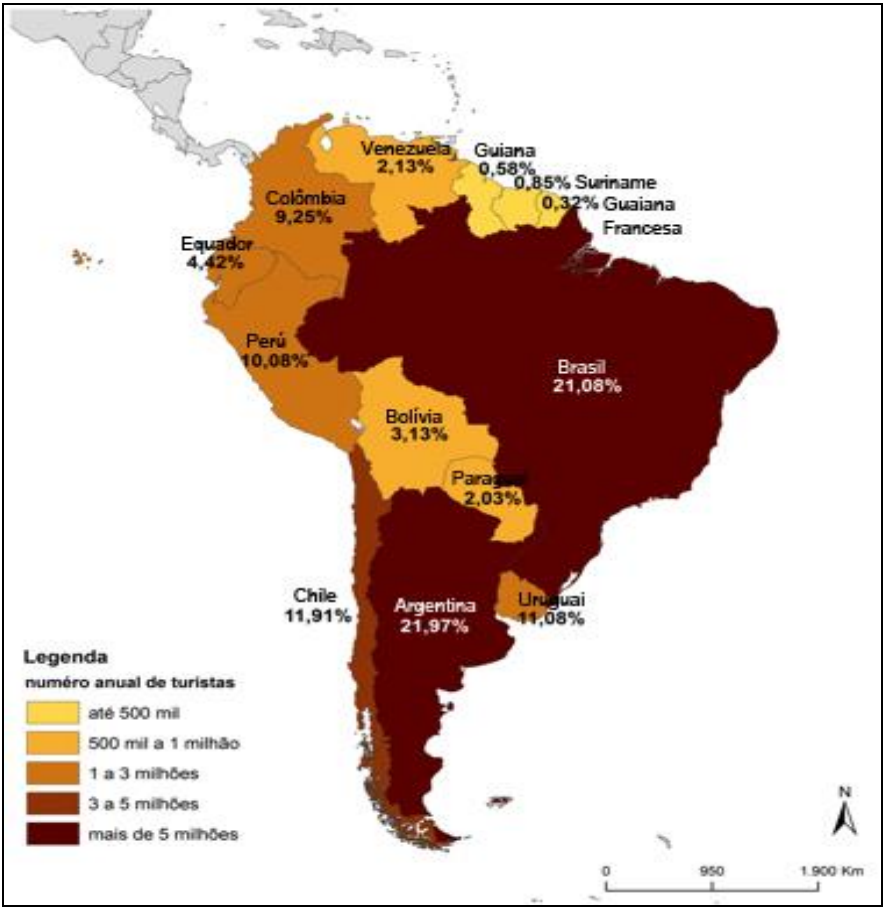
[13] "Casos específicos de sucesso do turismo Latino Americano podem ser consultados no livro "Tourism in Latin America", de Panosso Netto e Trigo (2015)".

atração de turistas extrarregionais ao subcontinente. Fato esse que é fruto de diversos fatores como a localização e a ocorrência de diversas questões endógenas e exógenas de âmbito econômico, político, social e territorial, as quais comprometem os diversos destinos regionais.

Outro aspecto importante de se colocar é a falta de perspectiva integrada do ponto de vista do turismo. O transporte, a infraestrutura, as barreiras naturais, as constantes instabilidades políticas domésticas e a visão concorrencial entre os países são alguns problemas. Eles impactam diretamente em um subcontinente marcado por diversos acordos mal acabados de integração regional, complicando a perspectiva da criação de uma rede de atrativos em escala sul-americana. Vale apontar o caso do Brasil, que no plano doméstico também observa esse fenômeno da concorrência entre as Unidades Federativas, tendo a guerra fiscal e os interesses políticos regionais como pano de fundo dessa questão.

Nesse sentido, é possível afirmar que os principais promotores do turismo regional são os próprios turistas sul-americanos que viajam aos países vizinhos. Destacam-se nesse âmbito a Argentina com 5.663 milhões de chegadas de turistas internacionais, o Brasil com 5.433 milhões, o Chile com 3.070 milhões e o Uruguai com 2.857 milhões, dados referentes ao ano de 2011. (OMT, 2012).

Mapa 2 - **Fluxo de turismo internacional na América do Sul, 2011**



*Os dados da Bolívia e da Colômbia são equivalentes ao ano de 2010 e da Guia na Francesa, ao ano de 2009.

Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

A Argentina, pela primeira vez na história, destaca-se em primeiro lugar na região em entradas de estrangeiros. Foi, basicamente, favorecida por dois motivos: 1) a relativa estabilização política e econômica após o trauma financeiro vivido no início dos anos 2000 e; 2) o grande aumento da demanda turística, especialmente por parte do Brasil, principal emissor de turistas ao país.

Pode-se também apontar que o crescimento exponencial das chegadas de turistas estrangeiros ao país, muito se deve à ascensão econômica dos brasileiros nos últimos anos. Esse turista busca especialmente destinos como Buenos Aires, Bariloche e, mais recentemente, El Calafate e Ushuaia.

Com base no recorte subcontinental do Mapa 2, indicado pela OMT (2012), os fluxos turísticos contabilizados incluem os originários de países do próprio recorte regional e originários de outros continentes. Argentina, Brasil e Chile são os principais receptores de turismo internacional na macrorregião. Seus pontos fortes são formados por uma mescla de atrativos naturais, vastidão de seus territórios geográficos, proximidade geográfica com o Brasil (principal emissor na região), entre outros fatores. Os pontos fracos passam por desequilíbrios na governança, infraestrutura turística de baixa qualidade e imagem turística estereotipada por parte dos estrangeiros. Tais pontos são detalhados na Tabela 4.

Tabela 4 - **Fortalezas e fragilidades que afetam o turismo nos principais destinos sul-americanos**

País	Pontos Fortes (Fortalezas)	Pontos Fracos (Fragilidades)	
		Fatores Endógenos	**Fatores Exógenos**
Argentina 5.663 milhões de turistas em 2011	Proximidade do Brasil, principal emissor do turismo ao país; é importante centro econômico do subcontinente e possui variadas atrações. O país vem se consolidando como principal destino turístico da América do Sul, favorecido pelo cambio desvalorizado e pela ascensão econômica dos brasileiros.	País de complicada governança. Caracteriza-se por constantes crises sociais, políticas e econômicas, muitas vezes resultado de traumas da história contemporânea. Além disso, vem apresentando índices crescentes de inflação e violência urbana.	Caracterizado por constantes desequilíbrios financeiros. País sofre frequentes crises de desconfiança por parte de investidores internacionais, ampliada pela dependência de sua principal pauta de exportação que são as *commodities*, além de alguns desentendimentos comerciais com seu principal parceiro comercial, o Brasil.
Brasil 5.433 milhões de turistas em 2011	País de dimensão continental. Possui grande diversidade de atrativos. Sede dos mais importantes megaeventos internacionais em 2014 e 2016. Vem se destacando na política e economia internacional, muito em função também do aumento do poder de consumo de grande parcela da população.	Com alta desigualdade social. Apresenta como principal desafio ao turismo internacional, números alarmantes de violência urbana. Com grande assimetria socioeconômica regional, esbarra nos mais diversos tipos de infraestrutura territorial e qualificação profissional de sua população. Apresenta destinos pouca competitividade turística. Imagem no turismo internacional equivocada, baseada em estereótipos.	Distante dos principais emissores do turismo internacional, com uma pauta de exportação caracterizada principalmente por commodities, o país sofre com o grande déficit no turismo internacional, expondo diversos desafios e estigmas, especialmente vinculados ao alto preço do destino, à carência de infraestrutura e à imagem das constantes crises de segurança pública doméstica no exterior.
Chile 3.070 milhões de turistas em 2011	País estável politicamente. Apresenta importantes destinos, principalmente vinculados à presença da Cordilheira dos Andes e turismo com práticas junto à natureza.	Localizado em zona sísmica com frequentes terremotos. Sobre constantes protestos domésticos contra políticas neoliberais, especialmente na educação e saúde.	Distante dos principais polos emissores do turismo internacional. Em razão de um território limitado, país possui atualmente problemas fronteiriços com dois dos três países com os quais faz fronteira: Peru e Bolívia.

Fonte: Elaboração dos autores, 2013.

O Uruguai pode ser considerado o país com mais expressiva atração de turistas da região. Com uma população de pouco mais de 3 milhões de habitantes, possui 2.857 milhões chegadas de turistas internacionais em 2011 (OMT, 2012), favorecido principalmente pela a proximidade com a Argentina e com o Brasil.

Já o Peru, quinto país mais relevante na atração de turistas internacionais com 2.598 milhões de chegadas, possui como principal atração à região das ruínas de Machu Pichu, marca da civilização Inca, no período pré-colombiano. Juntem-se a isso os atrativos naturais de sua parte coberta pela Floresta Amazônica.

O que se observa nesta parte do globo é que os destinos, comparados com os maiores receptores mundiais de turismo internacional, são arremedos de destinos turísticos. Trata-se de uma área de 12% da superfície terrestre, com 6% da população mundial, mas com apenas 2,6% dos turistas internacionais, conforme já destacado.

AMÉRICA CENTRAL E CARIBE: TURISMO COMO PRINCIPAL PRODUTO DE EXPORTAÇÃO

A América Central e o Caribe são formados por 36 países. Em 2012, segundo a OMT (2013), a região recebeu 29.9 milhões de

turistas internacionais. Esse número equivale a 2,9% do fluxo turístico mundial.

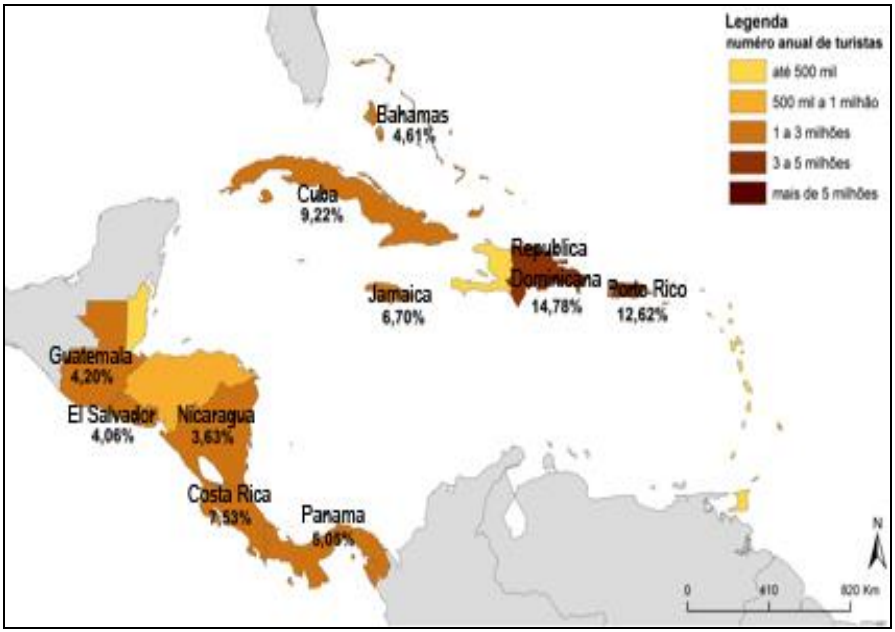
Na macrorregião pode-se destacar a República Dominicana com 4.306 milhões de chegadas de turistas internacionais, Porto Rico com 3.679 milhões, Cuba com 2.688 milhões, Costa Rica com 2.196 milhões, a Jamaica com 1.952 milhão, Panamá com 1.473 milhão, Bahamas com 1.344 milhão, Guatemala com 1.225 milhão, El Salvador com 1.184 milhão, Nicarágua com 1.060 milhão (Mapa 3).

A região é marcada por alguns pontos negativos, tais como os efeitos de graves guerras civis, especialmente na década de 1980; a insegurança gerada principalmente pela presença, em alguns países, de gangues ligadas ao narcotráfico, a exemplo dos Maras que se espalham pela região; a localização em uma importante zona sísmica; e as constantes instabilidades climáticas.

Por outro lado, os pequenos países da América Central, principalmente as paradisíacas ilhas do Caribe, possuem como principal atividade econômica o turismo. Atraindo turistas que buscam sol e praia, vindos principalmente em função da proximidade de um dos principais centros emissores de turistas do mundo, os Estados Unidos. Os estadunidenses buscam especialmente destinos como as estáveis ilhas caribenhas da República Dominicana, a Jamaica e o território americano de Porto Rico, as preservadas florestas da Costa Rica e finalmente, Cuba, considerado o único país socialista ainda

existente no mundo. Aliás, sobre este último destino, é formalmente proibido pelo governo dos Estados Unidos aos estadunidenses entrarem em Cuba. Só podem visitar aquele país os estadunidenses autorizados por seu governo. Eis mais uma das contradições políticas internacionais.

Mapa 3 - **Fluxo de turismo internacional na América Central e no Caribe em 2011**



Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

No Mapa 3 o destaque é dado para os países que somados correspondem a mais de 70% de chegadas de turistas internacionais na

região. Trata-se de um universo total de 29.131 milhões de chegadas de turistas ou aproximadamente 2,96% do total do receptivo mundial. Importante destacar que os fluxos turísticos contabilizados incluem os de origem de países do próprio recorte regional e originários de outras regiões. O recorte subcontinental foi estabelecido de acordo com o proposto pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2012). É importante apontar o alto grau de importância que a atividade turística representa aos países da região, sendo seu principal setor econômico.

Tabela 5 - **Fortalezas e fragilidades nos principais destinos centro-americanos e caribenhos**

País	Pontos Fortes (Fortalezas)	Pontos Fracos (Fragilidades)	
		Fatores Endógenos	Fatores Exógenos
República Dominicana 4.306 milhões de turistas em 2011	Estável politicamente. Possui paradisíacos destinos de praia e sol. Localizada extremamente próxima ao principal emissor de turismo do mundo, os Estados Unidos. Possui inúmeros megaempreendimentos turísticos internacionais no estilo resorts.	Desigualdade social. Turismo como gerador de subemprego.	Controle da Imigração, principalmente do Haiti, com o qual tem fronteira terrestre. O Haiti também apresenta e instabilidade sísmica, climática e política.
Porto Rico 3.679 milhões de turistas em 2011	Território sem personalidade jurídica dos Estados Unidos. Atrai turistas dos Estados Unidos, por sua localização no Caribe. Aprovado em plebiscito, deve compor o 51° Estado estadunidense.	Desigualdade socioeconômica. Sofre ação de gangues criminosas, como os Maras.	Importante zona sísmica e com alto grau de instabilidade climática.
Cuba 2.688 milhões de turistas em 2011	Por muitos considerada a última nação socialista. Possui população extremamente hospitaleira e atrai por sua representação simbólica.	Fechada política e economicamente. Infraestrutura turística deficiente.	Forte embargo econômico, financeiro e comercial dos Estados Unidos desde 1962. Possui enorme oposição dos cubanos refugiados principalmente na Flórida.
Costa Rica 2.196 milhões de turistas em 2011.	Estável politicamente. Possui uma das melhores imagens do mundo como destino sustentável e conservacionista. Banhada tanto pelo Pacífico como pelo Atlântico. Variedade de atrativos naturais.	Desigualdade socioeconômica. Alguns destinos de sol e praia não foram planejados e começam a mostrar seus problemas. Implantação de megaempreendimentos turísticos sem consulta à comunidade local.	Apelidada, de forma negativa, de "A Suíça Mesoamericana", por ser o país mais desenvolvido da região. Forte introdução de capital de Taiwan no início dos anos 2000 e agora capital Chinês, gerando dependência externa.

Fonte: Elaboração dos autores.

AMÉRICA DO NORTE: MEGA RECEPTIVO E EMISSIVO

A América do Norte é formada por três países. Em 2011, os Estados Unidos apresentam 62.325 milhões de chegadas de turistas estrangeiros, o México 23.403 milhões e o Canadá 15.976 milhões. Esses números foram atualizados e o total passou de 102.1 milhões para 105.9 milhões de turistas internacionais em 2012 (OMT 2013b), chegando a uma participação de 10.2% do fluxo turístico internacional (Mapa 4).

Essa dinâmica subcontinental deriva em grande parte do próprio Estados Unidos. Trata-se da maior economia do mundo, que se destaca no âmbito do turismo como grande receptor e emissor de turistas internacionais.

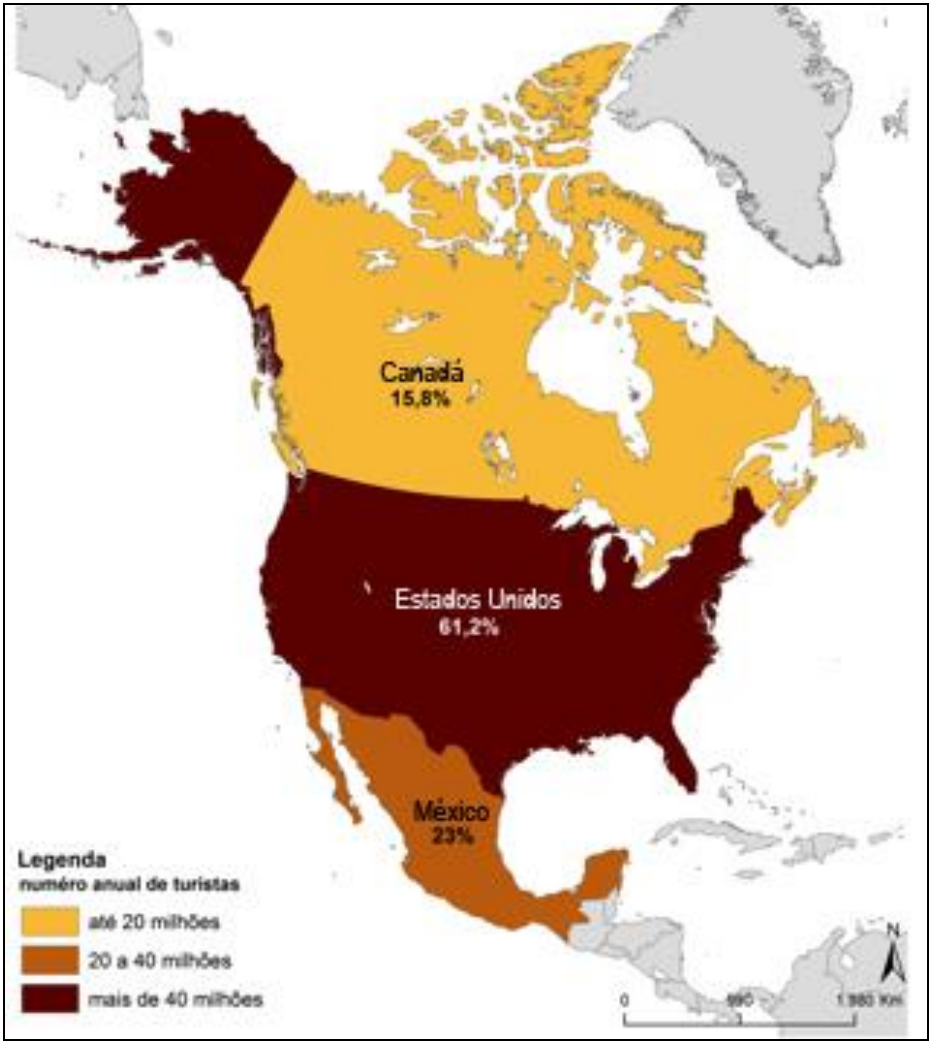
Em uma análise a partir de um recorte latino-americano, o México se destacaria como o principal receptor de turistas internacionais da região, recebendo quase a mesma quantidade de turistas de toda a América do Sul. Fato esse promovido pela proximidade com o principal polo emissor que são os Estados Unidos. Porém, segundo a OMT, o México faz parte, ao menos das estatísticas turísticas, da América do Norte.

Há mais de uma década o México está entre os 10 países que mais recebem turistas internacionais e o número de turistas recebidos

tem variado entre 20 e 22 milhões. Alguns especialistas apontam que isso representa uma estagnação do turismo mexicano, que não consegue se renovar e oferece 'mais do mesmo' a seus turistas. Portanto, não alcança um crescimento sustentável no número de ingressos de estrangeiros. Veja-se o caso do destino Acapulco, que já é um destino estagnado na recepção de turismo internacional e já iniciou seu declínio, sem grande opção de reestabelecimento a curto prazo (SÁIZ, 1986).

O México se beneficia de sua proximidade com os Estados Unidos, tornando-se mais barato e acessível aos residentes naquele país. Além disso, soma-se a elevada qualidade dos destinos turísticos de sol e praia, tais como Cancun, Puerto Vallarta, Playa del Carmen, a grande Riviera Maya, Cozumel, Vera Cruz entre dezenas de outros destinos consagrados.

Mapa 4 - **Fluxo de turismo internacional na América do Norte, 2011**



Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

Tabela 6 - **Fortalezas e fragilidades nos destinos norte-americanos**

País	Pontos Fortes (Fortalezas)	Pontos Fracos (Fragilidades)	
		Fatores Endógenos	**Fatores Exógenos**
Estados Unidos 62.325 milhões de turistas em 2011	Principal potência mundial, de dimensões continentais. Possui as mais diversas atrações, entre elas a Disney, Nova York, Las Vegas e Califórnia. Elevada qualidade dos atrativos e dos serviços. Produtos manufaturados de alta qualidade e a preços competitivos.	Desigualdade sócio-espacial. Ao mesmo tempo em que possui enorme atração de turistas, é o maior emissor mundial de turistas pelo mundo.	Visão imperialista por grande parte da comunidade internacional, especialmente em governos do Partido Republicano e no pós 11 de setembro. Alto índice de rejeição dos mais conservadores. Potência econômica mais amada e odiada.
México 23.403 milhões de turistas em 2011	Fronteira com o principal emissor mundial, Estados Unidos. Possui diversos destinos importantes de turismo cultural, sol e praia e de negócios. Recentemente lançou importante campanha turística para valorizar os povos tradicionais do interior do país.	Domínio territorial dos Cartéis do Narcotráfico. O país chama a atenção pela violência entre Estado e grupos criminosos. Alto índice de pobreza. Desigualdade social elevada. Destinos como Acapulco estão em declínio pela falta de planejamento turístico ou pelo planejamento equivocado.	Fronteira com os Estados Unidos aprofunda questões migratórias, principalmente de origem centro-americana. Instabilidade financeira, agudizada pelo NAFTA, acordo de livre comércio com os países da América do Norte, assinado no começo dos anos 1990. Visitado por grande número de *spring breakers*, que gastam pouco e causam grande impacto negativo.
Canadá 15.976 milhões de turistas em 2011	Fronteira com o principal emissor mundial, Estados Unidos. Possui um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano do mundo.	Pequenas instabilidades entre os lados Francófonos e Anglófonos. Distante dos mercados consumidores europeus.	Visto como país distante e um apêndice dos Estados Unidos. Não tem uma imagem clara e definida no turismo.

Fonte: Elaboração dos autores.

A EUROPA E O TURISMO CONSOLIDADO

O recorde da OMT apresenta a Europa com 54 países. Somadas todas as chegadas internacionais em 2011 (OMT, 2012), teríamos uma média de 9.332 milhões de turistas por país. Porém, há inúmeros itens a se analisar a partir das porcentagens correspondentes aos totais de chegadas de turistas em âmbitos subcontinentais.

Na Europa estão alguns dos principais países receptores de turista internacionais. Os dados mostram que a França recebeu 79.500 milhões de turistas em 2011; Espanha 56.694 milhões; Itália 46.119 milhões; Reino Unido 29.192 milhões; Turquia 29.343 milhões; Alemanha 28.352 milhões; Áustria 23.012 milhões; Rússia 22.686 milhões; Ucrânia[14] 21.415 milhões; Grécia 16.427 milhões e; Polônia 13.350 milhões.

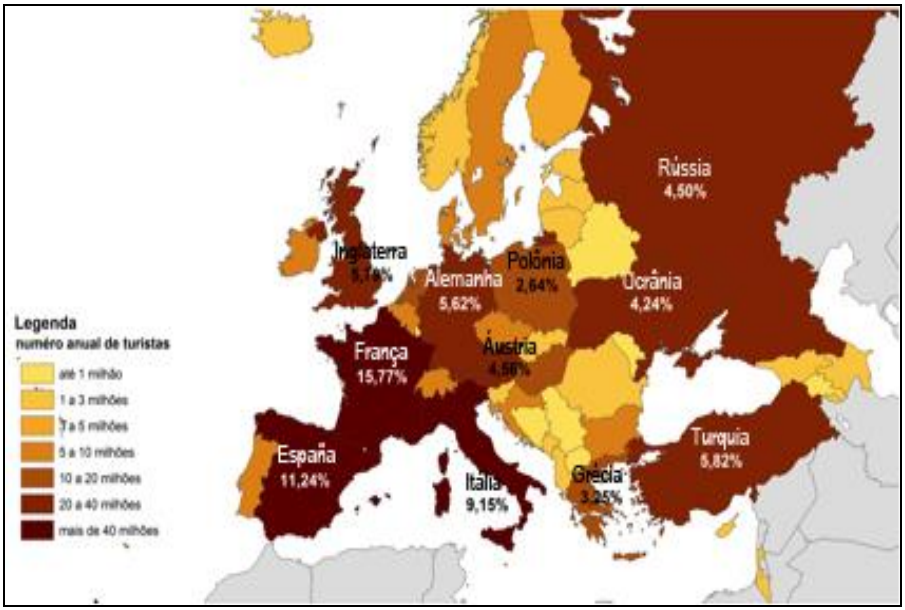
Sobre esses dados, dois fatores chamam a atenção:

1) os emergentes Rússia e Ucrânia como importantes destinos do turismo internacional e;

[14] É importante apontar que esses dados são de 2012 e não levam em consideração o conflito interno na Ucrânia iniciado em fevereiro de 2014 em razão das diferenças étnico-linguísticas e político-ideológicas entre os cidadãos do lado ocidental (pró-Europa) e o lado oriental (pró-Rússia).

2) a presença de três dos cinco países que compõem o acrônimo pejorativo em língua inglesa PIIGS (denominação criada pela imprensa, principalmente inglesa, para designar os países cujas economias estão em crise na Europa: Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha [*Spain*]. Pigs, em inglês, significa *porcos*).

Mapa 5 - **Fluxo de turismo internacional na Europa em 2011**



* Tajiquistão e Turcomenistão não estão incluídos no mapa por falta de dados.
Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

No caso da Itália, Grécia e Espanha, notícias vinda desses países apontam que o turismo nos anos 2011 e 2012 foi a grande força

econômica que evitou o agravamento da crise econômica. Os ingressos advindos dos turistas internacionais na Espanha em 2012 foram 55.9 bilhões de dólares; na Itália 41.2 bilhões e na Grécia 12.9 bilhões (OMT, 2013b). Assim, o turismo tornou-se ainda mais vital para tais destinos, e com um peso importante em sua balança comercial. De forma negativa, a grande dependência do turismo internacional pode ser vista como uma deficiência, uma vez que tais países não tem controle sobre tais mercados emissores de turistas.

Uma análise em forma de mapa com o fluxo internacional de turistas na região está no Mapa 5. Destaca-se que as chegadas desses países, se somadas, correspondem a mais de 70% de chegadas de turistas internacionais na região. O universo de 503.963 milhões de chegadas de turistas corresponde a 51,2 % do receptivo mundial em 2011. Observa-se que os fluxos turísticos contabilizados incluem os países do próprio recorte regional e originários de outras regiões. O recorte geográfico feito é o proposto pela Organização Mundial do Turismo.

ÁFRICA. ENTRE CONFLITOS E ASSIMETRIAS NA ATRAÇÃO DE TURISTAS INTERNACIONAIS

A OMT compreende o continente Africano com 51 países. Trata-se de um continente, em alguns aspectos e regiões instável do

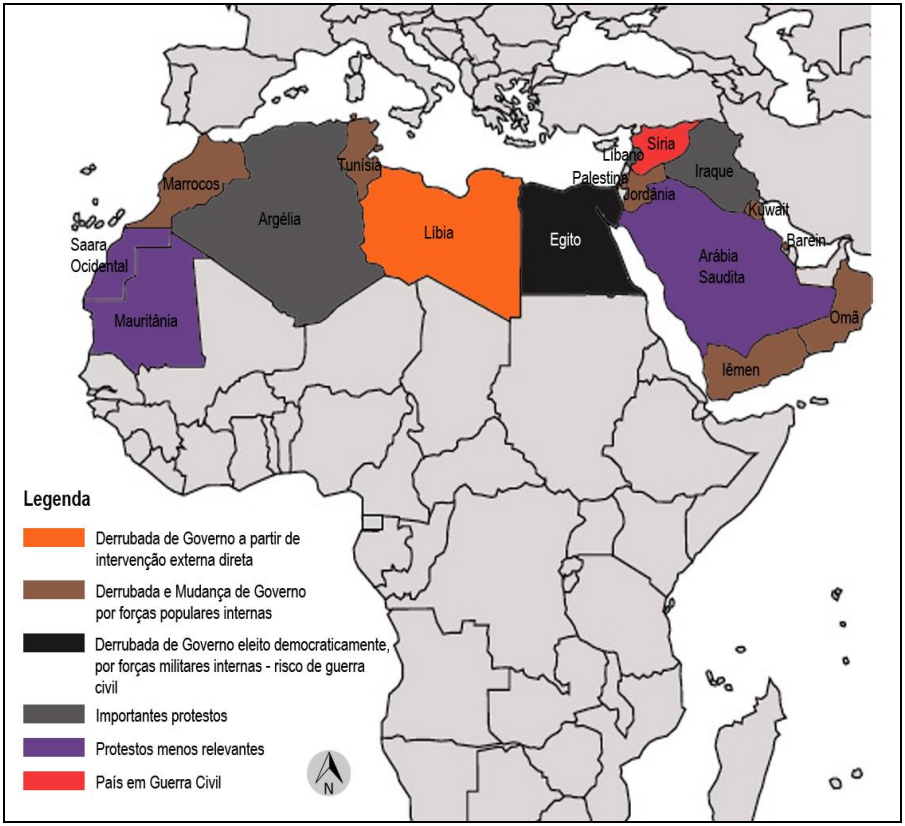
ponto de vista político, econômico, social e cultural. Em 2010 destacaram-se países como Marrocos com 9.288 milhões de chegadas de turistas internacionais; África do Sul com 8.074 milhões; Tunísia com 6.902 milhões; Zimbábue com 2.239 milhões; Botsuana com 2.145 milhões; Argélia com 2.070 milhões; Moçambique com 1.718 milhão; Nigéria com 1.555 milhão e; Quênia com 1.470 milhão. Esses nove países, somados, representam mais de 70% de todas as chegadas de turistas internacionais no continente (Mapa 7).

O universo de 49.738 milhões de chegadas de turistas internacionais na África significa 5,05% do receptivo mundial. Vale observar que os fluxos turísticos contabilizados incluem países do próprio recorte regional e também os originários de outras regiões do globo.

Numa breve análise sobre o panorama regional africano, podem ser destacados alguns destinos que chamam a atenção em função da variação nas chegadas de turistas. Um deles é a Tunísia que em 2010 recebeu 6.902 milhões de turistas e em 2011 4.782 milhões, ou seja, um decréscimo de 2.120 milhões de chegadas de um ano para outro. Esse fato tem sua origem principal na instabilidade política gerada pela Primavera Árabe[15].

[15] Onda revolucionária que se desdobrou em instabilidades políticas nos países da região do Magreb e Oriente Médio. Os países envolvidos em maior ou menor grau foram: Tunísia, Egito, Líbia, Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e

Mapa 6 - **Alguns países de ocorrência da 'Primavera Árabe'**



Fonte: Elaboração dos autores.

Sobre a Primavera Árabe, ocorrida desde fins de 2010, vale destacar que a instabilidade criada com tal movimento em destinos da

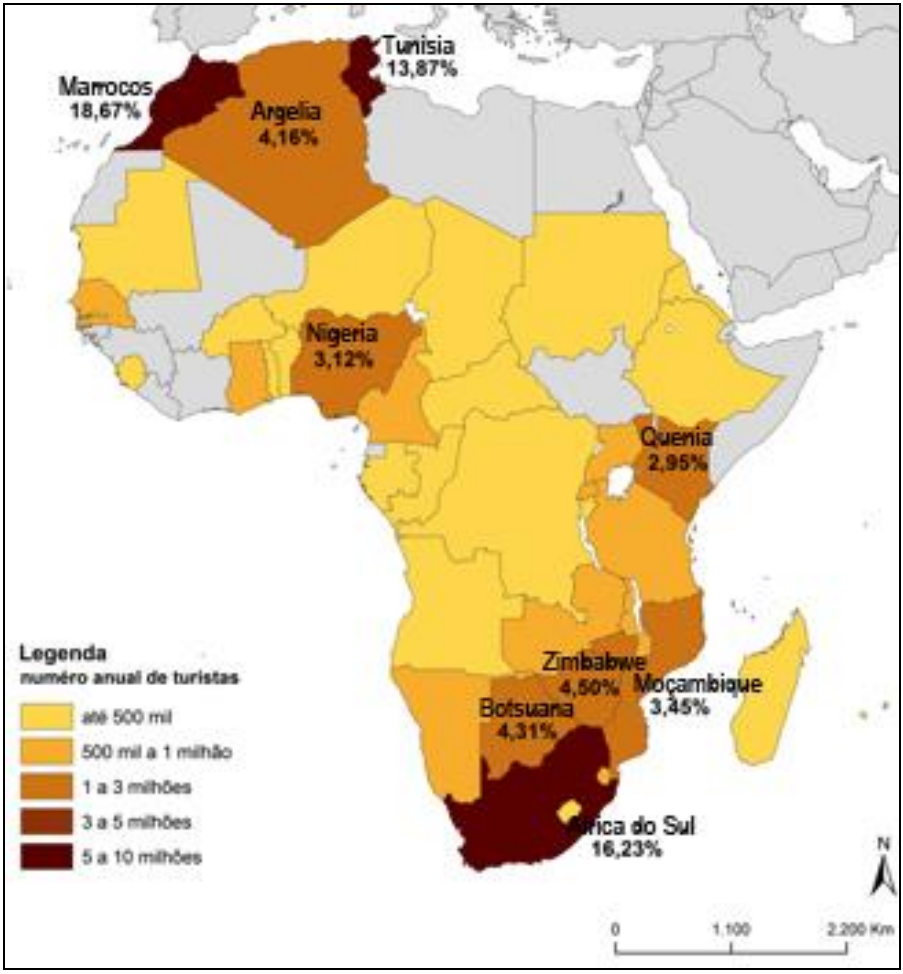
Iêmen, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

África, levou os turistas europeus que intencionavam visitá-los a mudarem seus planos e irem para destinos de sol mais próximo e com melhor imagem de segurança, tais como Itália, Espanha e Grécia. Essa ação, já discutida anteriormente, fortaleceu as economias e evitou o agravamento ainda maior da crise econômica nesses três países.

Outro país que vale destacar é a África do Sul, palco da Copa do Mundo de 2010, continuou ascendendo como destino turístico no ano seguinte ao megaevento, saltando de 8.074 milhões de turistas em 2010 para 8.339 milhões em 2011, ou seja, um aumento de 265 mil turistas.

Por fim, é válido salientar que países como Costa do Marfim, Djibuti, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria e Somália não dispunham de dados em relação à chegada de turistas no país, em sua maioria, em função da enorme instabilidade política. Em relação a esse tema pode-se destacar a Somália, país apontado recentemente pelo Ministério das Relações Exteriores Canadense, como sendo um dos destinos mais perigosos do mundo para o turista.

Mapa 7 **- Fluxo de turismo internacional na África em 2010**



* Países como Costa do Marfim, Djibuti, Guiné, Guiné Equatorial, Libéria e Somália não dispunham de dados.

Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2011).

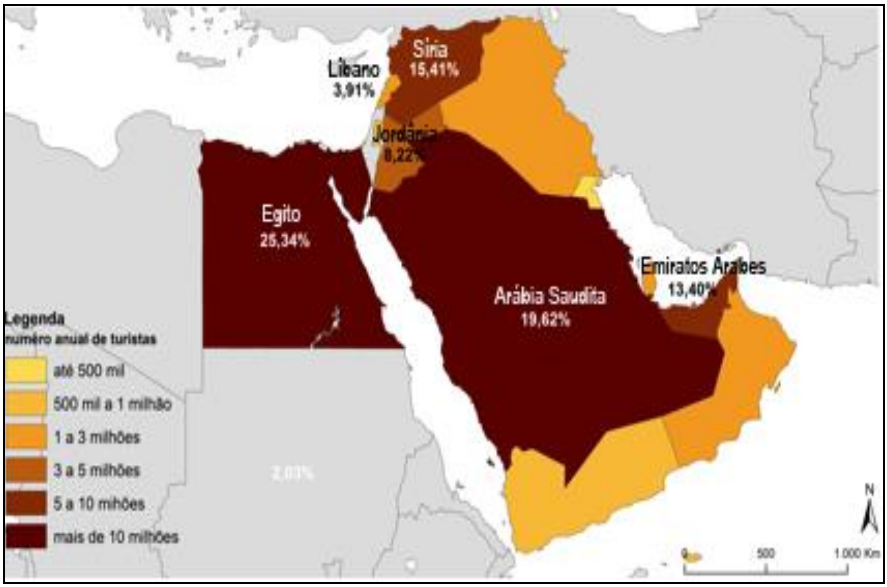
ORIENTE MÉDIO. O TURISMO FRENTE ÀS QUESTÕES TERRITORIAIS

O Oriente Médio, no recorte da OMT, é composto por 14 países. É importante especificar na análise desse subcontinente que a OMT contabiliza Israel como Europa e Irã como Ásia. A partir de dados relativos ao ano de 2010, destacam-se o Egito com 14.051 milhões de chegadas de turistas internacionais; Arábia Saudita com 10.880 milhões; Síria com 8.546 milhões; Emirados Árabes com 7.432 milhões; Jordânia com 4.557 milhões e; Líbano com 2.168 milhões (Mapa 8).

O Mapa 8 destaca os países que somados correspondem a mais de 80% de chegadas de turistas internacionais na região. O universo de 55.436 milhões de chegadas de turistas representa 5,6% do receptivo internacional mundial. Vale observar que os fluxos turísticos contabilizados incluem entre países do próprio recorte regional e originários países de outras regiões.

Alguns elementos pontuais podem ser apontados ao analisar a região do Oriente Médio sob o ponto de vista das chegadas de turistas internacionais. Trata-se de região que tem a imagem de grande instabilidade política, tal como o fenômeno da Primavera Árabe, comentado anteriormente (ver Mapa 6).

Mapa 8 - **Fluxo de turismo internacional no Oriente Médio, 2010**



* Bahrein e Líbia não apresentaram dados relativos a chegadas de turistas.
** Os dados de Omã são referentes ao ano de 2009.

Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2011).

Observa-se que dentre os países que apresentaram dados de chegadas de turistas em 2011, a Arábia Saudita apresenta um impressionante acréscimo de 6.486 milhões de turistas (saltando de 10.850 milhões em 2010 para 17.336 milhões em 2011). Esse fato pode ser explicado pela sensação de segurança que passa o país, uma vez que a Primavera Árabe pouco ou quase nada se manifestou neste país. Além disso, trata-se da maior economia do bloco MENA (Médio

Oriente e Norte de África), com 25% do PIB total da região (BANCO ESPÍRITO SANTO, 2012). Na Arábia Saudita estão Meca e Medina, as duas cidades mais importantes do mundo islâmico. Todos os muçulmanos são orientados a fazerem ao menos uma visita à Meca em sua vida. Desta forma, o turismo religioso é um dos grandes atrativos do país e "cerca de 65% do total de turistas provém da região do Médio Oriente e 20% da Ásia" (BANCO ESPÍRITO SANTO, 2012, p. 11).

Por outro lado o Egito, palco de instabilidade política a partir da Primavera Árabe, apresentou um decréscimo de 4.554 milhões de turistas em 2011 (caindo de 14.051 milhões de chegadas de turistas em 2010 para 9.497 milhões em 2011), números que devem reduzir ainda mais com toda a crise recente, iniciada com o golpe militar contra o presidente Mohamed Mursi. A Síria, hoje (2013) em guerra civil, também apresentou uma queda de 3.476 milhões de turistas em 2011 (caindo de 8.546 milhões em 2010 para 5.070 milhões chegadas de turistas em 2011). Esses números certamente não representam a realidade do turismo no país em função do cenário político atual. Portanto, pode-se claramente destacar a queda no número de turistas em países com cenários de alto grau de instabilidade política, em um subcontinente caracterizado por concentração de grandes produtores de petróleo, de governos ditatoriais e por graves questões de disputas territoriais.

Neste sentido, evidencia-se mais uma vez que o turismo e a sociedade são elementos de um mesmo fenômeno e que o setor do turismo facilmente é influenciado e sofre ou se beneficia com os tempos de crise e de bonança. Evidencia-se também que a não ser por grandes catástrofes, tais como crises mundiais, guerras ou atentados (veja o caso do 11 de setembro), crises menores não impedem as pessoas de viajaram. Elas simplesmente mudam seus destinos para passar suas férias e tempo de lazer. Assim, países mais bem preparados e aparelhados com infraestrutura e serviços de qualidade, tem maiores chances de manterem suas taxas de crescimento no recebimento de turistas estrangeiros. E quando melhor recebido é este turista, mais poderá gastar.

A ÁSIA E O *BOOM* DE 'NOVOS DESTINOS'

A Ásia, nas estatísticas da OMT, é apresentada com 27 países. Trata-se da região mais populosa e um dos principais polos econômicos do mundo. Em 2011 apresentou um universo de 205.328 milhões de chegadas de turistas ou 20,8% do receptivo mundial. Os fluxos turísticos contabilizados incluem os países do próprio recorte regional e originários de outras regiões.

Os maiores fluxos turísticos internacionais deste continente se dirigem à China com 57.581 milhões de chegadas de turistas internacionais; Malásia com 24.714 milhões; Hong Kong com 22.316 milhões; Tailândia com 19.098 milhões; Macau com 12.925 milhões; Cingapura com 10.390 milhões; Coréia do Sul com 9.795 milhões; Indonésia com 7.650 milhões; Índia com 6.290 milhões; Japão com 6.219 milhões; Taiwan com 6.087 milhões e; Vietnã com 6.014 milhões. Esses países juntos correspondem a mais de 80% de chegadas de turistas internacionais na região (Mapa 9).

Em documento a OMT afirmou que

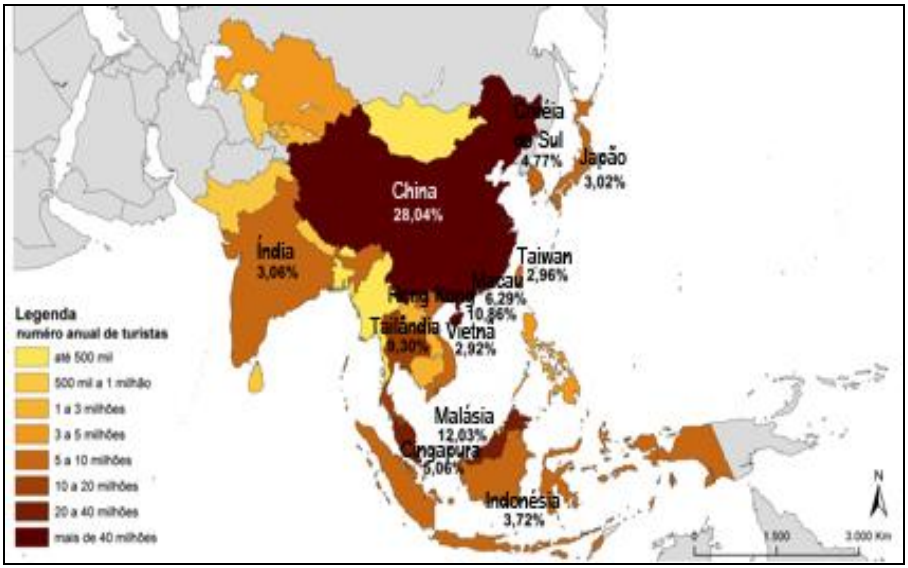
> A Ásia e o Pacífico estão levando o turismo a sério. Em 2012 a região teve o recorde de 232,9 milhões de turistas internacionais – quase um quarto do número total de turistas mundiais – e foi a região de crescimento mais rápido pelo segundo ano consecutivo, com 7% de aumento nas chegadas de turistas internacionais em relação a 2011 (OMT, 2013c, p. 4).

No âmbito da política e economia internacional, é válido destacar que o subcontinente asiático é marcado por importantes tensões geopolíticas - com a concentração de 4 das 9 potências nucleares[16] do mundo. Há diversos conflitos domésticos e interestatais latentes – dentre eles no Afeganistão; e do ponto de vista físico-

[16] Os países que comprovadamente possuem armas nucleares são China, Paquistão, Índia, Coréia do Norte, Estados Unidos, Israel, Rússia, França e Reino Unido.

natural, por constantes instabilidades sísmicas e climáticas. Por outro lado, reúne alguns dos principais centros econômicos emergentes do planeta, tais como China, Índia, Coréia do Sul, Cingapura, Macau e Hong Kong entre outros. Desta forma, se destaca dentre outros segmentos, pela atração de turistas de negócios.

Mapa 9 **- Fluxo de turismo internacional na Ásia em 2011**



* Coréia do Norte, Afeganistão e Irã não apresentam dados relativos às chegadas de turistas internacionais.
** Laos, Bangladesh e Paquistão, apresentam dados relativos ao ano de 2010.

Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

Outro fato importante de se observar é que países como a Coréia do Norte, o Afeganistão e o Irã não apresentam dados relativos às chegadas de turistas internacionais. Coincidentemente, esses países são considerados pelo Ministério de Relações Exteriores Canadense, como destinos extremamente perigosos aos turistas (http://travel.gc.ca/travelling/advisories).

China, por sua vez, merece um comentário adicional. É a maior nação emissiva de turismo e o terceiro país que mais gasta com o turismo internacional e o quarto que mais recebe dividendos do turismo (OMT, 2013c). Ainda segundo a OMT (2013c), o sólido crescimento em Hong Kong (China), que recebeu um milhão e meio de turistas a mais (+7%) em 2012 em relação a 2011, também contribuiu para elevar o resultado sub-regional.

De modo geral, a OMT (2013c) aponta que as chegadas internacionais na China permaneceram estagnadas em 2012 (0,3%), pois é fruto da sequência dos resultados importantes experimentados por ter sido sede da Expo 2010, em Xangai. Sem dúvidas a China é o grande mercado para o qual investidores estão olhando no momento. A dúvida proclamada diversas vezes é se ela conseguirá transformar o seu crescimento econômico para que seja mais sustentável e se as práticas de turismo originárias em seu território conseguirão ser responsáveis e dentro dos padrões idealizados e desejados.

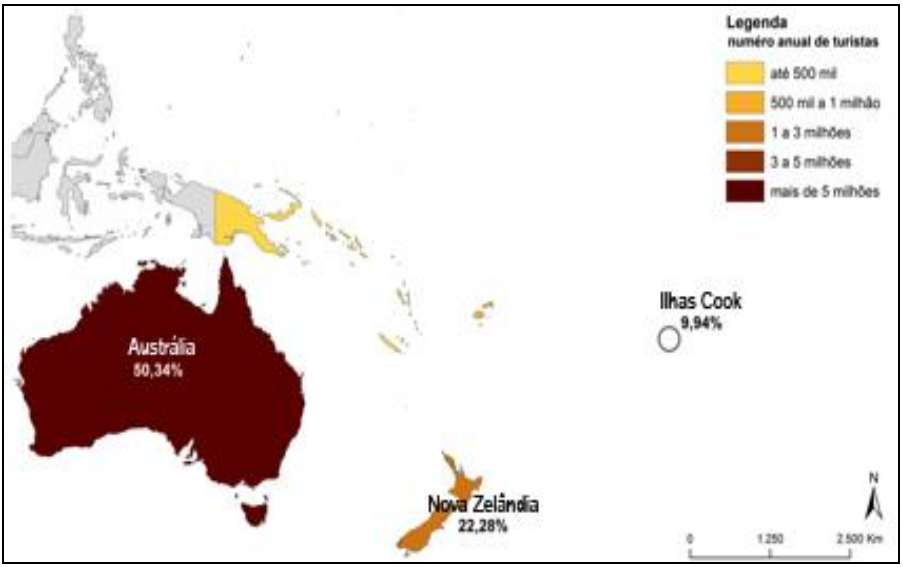
Por fim, registra-se que o Japão teve uma redução no número de visitas de turistas estrangeiros de 2.392 milhões do ano de 2010 para 2011, ou 27,7% de decréscimo após o Tsunami que derivou na questão nuclear em Fukushima, localizada no nordeste da ilha de Honshu. Fato esse que demonstra claramente os impactos gerados no turismo do país por questões relacionadas às instabilidades do ponto de vista físico-natural.

OCEANIA, CONTINENTE INSULAR

O recorte estatístico da OMT (2012) apresenta a Oceania com 20 países e um universo total de 11.669 milhões de chegadas de turistas ou aproximadamente 1,18% do total do receptivo mundial. Vale observar que os fluxos turísticos contabilizados incluem os países do próprio recorte regional e os originários de outras regiões. O Mapa 10 apresenta, em destaque, os países que somados correspondem a mais de 80% de chegadas de turistas internacionais na região.

No subcontinente da Oceania destacam-se economicamente na dinâmica do turismo apenas três países, sendo eles, respectivamente, a Austrália, com 5.875 milhões de chegadas de turistas, a Nova Zelândia, com 2.601 milhões, e, as Ilhas Cook com 1.160 milhões.

Mapa 10 - **Fluxo de turismo internacional na Oceania em 2011**



Fonte: Elaboração dos autores a partir da OMT (2012).

A região é a menos expressiva no somatório dos destinos turístico internacionais. Os turistas que vão a ela procuram, entre outras coisas, especialmente o turismo de aventura, sol e praia, turismo de educação e mesmo, o de negócios, no importante centro econômico australiano. Porém, a reduzida participação no turismo mundial poderia sugerir falta de qualidade dos produtos e serviços turísticos da região, mas não é isso o que ocorre. Sabe-se que Austrália e Nova Zelândia tem sistematicamente elevado o padrão de seus bens e serviços turísticos. Os destinos locais tem se transformado

e adaptado ao perfil internacional e o posicionamento da imagem deles tem dado bons resultados, atraindo especificamente os turistas interessados em seus segmentos.

CAPÍTULO 6

Novos destinos do turismo internacional

NOVOS DESTINOS DO TURISMO INTERNACIONAL

Esse capítulo remete a questões extremamente importantes ao entendimento do turismo numa perspectiva internacional, uma vez que os fluxos indicam os destinos de maior relevância em determinado período de tempo. Nesse contexto, é válido apontar que fatores como atrativos, mobilidade, comunicação, segurança, hospitalidade, boa imagem, marketing, bens e serviços de qualidade elevada, eventos internacionais, comodidade, clima, estabilidade política e econômica, política migratória, câmbio, legislação internacional, ações de organismos supranacionais de turismo e finalmente, acordos internacionais de mútua cooperação, surgem como elementos fundamentais na promoção dos destinos ao turismo internacional (PANOSSO NETTO & PIERI, 2013).

Do ponto de vista metodológico, pode-se dizer que a medição dos fluxos poderia ser realizada basicamente através da análise de dois indicadores: das chegadas de turistas internacionais, metodologia utilizada nesse capítulo e dos ingressos em dólares pelo turismo por país. É importante apontar que dependendo dos dados trabalhados, os resultados seriam diferentes um do outro, uma vez que os dados de chegadas de turistas não refletem de maneira direta nos dados da balança comercial do turismo de cada país.

Portanto, o capítulo pretende, através da criação de categorias quantitativas baseadas nos dados oficiais da Organização Mundial de Turismo de chegadas de turistas por país de 2009 a 2011, analisar os fluxos do turismo internacional, identificando os polos de turismo consolidados e apontando os destinos mais emergentes.

Nesse sentido, divide-se o capítulo em quatro partes que procurarão, por meio das macrodivisões subcontinentais da OMT,

1) apontar e entender as regiões mais dinâmicas do turismo internacional;
2) analisar, por subcontinente, as diversas questões regionais não apontadas numa perspectiva global;
3) levantar os principais destinos turísticos internacionais, classificando-os progressivamente em importantes destinos regionais, pequenos destinos, médios destinos, grandes destinos, superdestinos e hiperdestinos e;
4) analisar os destinos e novos destinos internacionais, classificados em estáveis e instáveis segundo a proposta de amplitude turística, que leva em consideração aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e físico-ambientais de cada país.

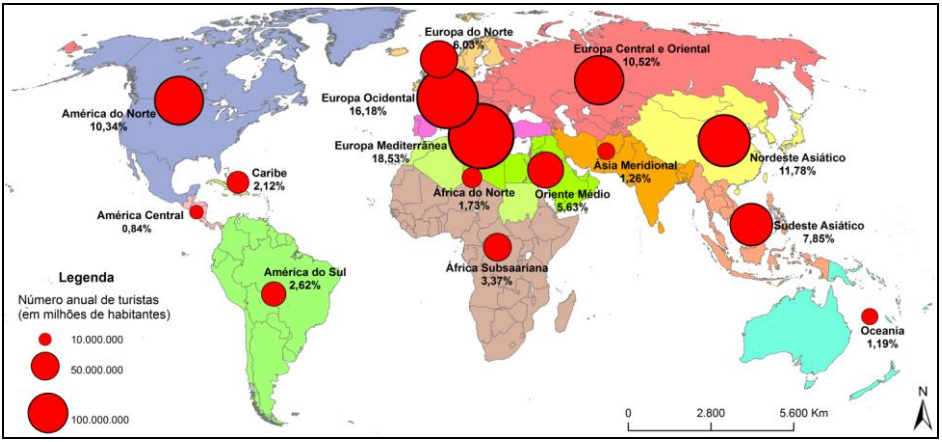
PRINCIPAIS DESTINOS TURÍSTICOS INTERNACIONAIS SEGUNDO MACRODIVISÕES SUBCONTINENTAIS DA OMT

Os principais destinos turísticos mundiais podem ser analisados a partir de diversos recortes espaciais. Uma das escalas apropriadas para esse tipo de análise é a realizada pela Organização Mundial do Turismo, através do recorte dos subcontinentes em 15 macrodivisões, tais como: Europa (Europa do Norte, Europa Ocidental, Europa Central/Oriental e Europa Meridional/Mediterrâneo); Ásia (Nordeste asiático, Sudeste asiático e Ásia Meridional); Américas (América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul); África (África do Norte e África Subsaariana); Oriente Médio; e Oceania.

Nessa primeira perspectiva, percebe-se como a região mais dinâmica do turismo internacional, a Europa Mediterrânea e Meridional com 182.178 milhões de chegadas de turistas internacionais, seguida pela Europa Ocidental com 159.045 milhões, pelo Nordeste Asiático com 115.779 milhões, pela Europa Central e Oriental com 103.457 milhões, América do Norte com 101.704 milhões, Sudeste Asiático com77.154 milhões, Europa do Norte com 59.284 milhões, Oriente Médio com 55.436 milhões, África Subsaariana com 33.112 milhões, América do Sul com 25.764

milhões, Caribe com 20.811 milhões, África do Norte com 17.055, Ásia Meridional com 12.395 milhões, Oceania com 11.669 milhões e finalmente, a América Central com 8.320 milhões (Mapa 11).

Mapa 11 – **Destinos turísticos internacionais por macrodivisões subcontinentais da OMT*, 2011**



* Universo de 983.000 milhões de chegadas de turistas internacionais.

Fonte: OMT, 2011. Elaboração: Vitor S. G. de Pieri. Digitalização: Tito L. B. Pereira.

OS PRINCIPAIS RECEPTORES POR SUBCONTINENTE

A Europa continuará a ser o destino preferido do tráfego turístico mundial, com Paris, Londres, Roma e Madri à cabeça das eternas capitais do Velho Continente. Porém, a Ásia está despontando como um dos destinos mais apelativos para os viajantes, em especial para aqueles aficionados do jogo. A China, país incontornável em vários domínios da economia, será, na próxima década e

> meia, o maior gerador mundial de receita e o principal destino turístico do planeta. (BENI, 2011, p. 38).

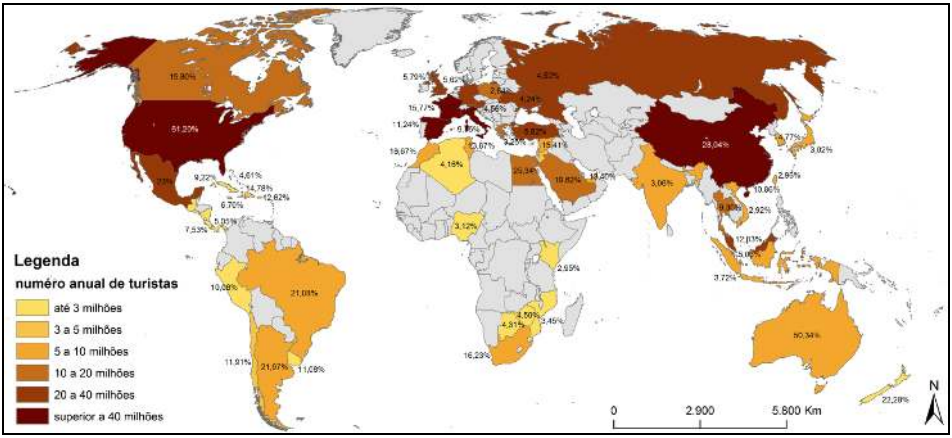
Outra aproximação ao entendimento sobre os fluxos do turismo internacional nos novos destinos dá-se através de uma análise sobre as chegadas de turistas estrangeiros a partir de uma perspectiva subcontinental. Nesse recorte espacial, é importante apontar as enormes distorções do ponto de vista global, uma vez que o subcontinente Europeu, é responsável por mais de cinquenta por cento do total de chegadas de turistas internacionais e por outro lado, o subcontinente da Oceania pouco mais de um por cento do receptivo mundial.

Nesse sentido, dentro de um universo - apontado pela OMT - de 983 milhões de chegadas de turistas internacionais em 2011, pode-se destacar a Europa com 503.963 milhões, a Ásia com 205.328 milhões, a América do Norte com 101.704 milhões, o Oriente Médio com 55.436 milhões, a África com 49.738 milhões, a América Central e Caribe com 29.131 milhões, a América do Sul com 25.765 milhões e finalmente, a Oceania com 11.669 milhões de chegadas de turistas anuais (Mapa 12).

Porém, a partir de porcentagens correspondentes aos totais de chegadas de turistas em âmbitos subcontinentais, outros itens destacam-se. Na Europa no ano de 2011, por exemplo, principal

subcontinente receptor de turistas, destacam-se países como a França com 79.500 milhões de chegadas de turistas internacionais, a Espanha com 56.694 milhões, a Itália com 46.119 milhões, o Reino Unido com 29.192 milhões, a Turquia com 29.343 milhões, Alemanha com 28.352 milhões, a Áustria com 23.012 milhões, a Rússia com 22.686 milhões, a Ucrânia com 21.415 milhões, a Grécia com 16.427 milhões e Polônia com 13.350 milhões.

Mapa 12 – **Principais destinos turísticos subcontinentais, 2011**



* Porcentagens correspondentes aos totais de chegadas de turistas em âmbito subcontinentais, segundo OMT.

** Universo anual de chegadas de turistas por sucontinente: Europa (503.963 milhões); África (49.738 milhões); Oriente Médio (55.436 milhões); Ásia (205.328 milhões); Oceania (11.669 milhões); América Central e Caribe (29.131 milhões); América do Norte (101.704 milhões); e, América do Sul (25.765 milhões).

Fonte: Elaboração própria. Dados da OMT, 2011.

Em cima dos dados europeus, dois outros fatores chamam a atenção, os emergentes Rússia e Ucrânia como importantes destinos

do turismo internacional e a presença de três dos cinco países que compõem o acrônimo pejorativo em língua inglesa (PIIGS), no caso Itália, Grécia e Espanha, países cujo turismo possui um peso importante em sua balança comercial, ainda mais em épocas de crise econômica como a vivenciada atualmente por esses destinos, conforme já destacado.

No âmbito da política e economia internacional, é válido destacar que o subcontinente asiático é marcado por: importantes tensões geopolíticas - com a concentração de 4 das 9 potências nucleares[17] do mundo; por diversos conflitos domésticos e interestatais latentes – dentre eles no Afeganistão; e do ponto de vista físico-natural, por constantes instabilidades sísmicas e climáticas. Por outro lado, reúne alguns dos principais centros econômicos emergentes do planeta, tais como: China, Índia, Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong, etc. se destacando assim, dentre outros tipos, pela atração de turistas de negócios.

Outro fato importante de se observar, é que países como a Coréia do Norte, o Afeganistão e o Irã não apresentam dados relativos às chegadas de turistas internacionais. Coincidentemente, esses países são considerados, pelo mesmo documento já citado, produzido pelo

[17] Os países que comprovadamente possuem armas nucleares são: China, Paquistão, Índia, Coréia do Norte, Estados Unidos, Israel, Rússia, França e Reino Unido.

ministério de relações exteriores canadense, como destinos extremamente perigosos aos turistas.

É interessante registrar que o Japão teve uma redução no número de visitas de turistas estrangeiros de 2.392 milhões do ano de 2010 para 2011, ou 27,7% de decréscimo após o Tsunami que derivou na questão nuclear em Fukushima, localizada no nordeste da ilha de Honshu. Fato esse, que demonstra claramente os impactos gerados no turismo do país por questões relacionadas às instabilidades do ponto de vista físico-natural.

Já a Oceania, caracteriza-se como a região menos expressiva no somatório dos destinos turístico internacionais, possui um universo total de 11.669 milhões de chegadas de turistas anuais ou aproximadamente 1,18% do total do receptivo mundial, que buscam, dentre outras coisas, o turismo de aventura, sol e praia, de educação e mesmo, o de negócios, no importante centro econômico australiano.

Em relação ao outro lado do mundo, ao sistematizar o número de turismo receptivo, comparando com a dimensão territorial e com a população de cada país da América do Sul observa-se na tabela 7:

Tabela 7 – **Destinos turísticos na América do Sul, 2011**

Ranking	País	População aproximada* (milhões)	Dimensão Territorial (Km²)	Número de turistas estrangeiros** (milhões)	Fluxos sul-americanos*** (%)
1°	Argentina	40.665	2.791.810	5.663	21,97
2°	Brasil	190.755	8.514.877	5.433	21,08
3°	Chile	17.134	756.950	3.070	11,91
4°	Uruguai	3.372	176.220	2.857	11,08
5°	Peru	29.496	1.285.220	2.598	10,08
6°	Colômbia	46.300	1.141.748	2.385	9,25
7°	Equador	13.774	256.370	1.141	4.42
8°	Bolívia	10.030	1.098.581	0.807	3,13
9°	Venezuela	29.043	916.445	0.551	2,13
10°	Paraguai	6.459	406.750	0.524	2,03
11°	Suriname	0.524	163.270	0.220	0,85
12°	Guiana	0.761	214.970	0.157	0.58
13°	Guiana Francesa	0.209	86.504	0.083	0,32

Fonte: OMT.

* Ano de 2010; ** Ano de 2011; ***Universo de 25.765 milhões de chegadas de turistas ou 2,6% do receptivo mundial (vale observar que os fluxos turísticos contabilizados incluem; entre países do próprio recorte regional e originários de outras regiões). # Os dados da Bolívia e da Colômbia são equivalentes ao ano de 2010 e da Guiana Francesa, ao ano de 2009.

Elaboração: Vitor Stuart Gabriel de Pieri.

É válido apontar que os fluxos do turismo no subcontinente, uma vez que os dois principais emissores são o Brasil e a Argentina, concentram-se no Cone Sul[18] do subcontinente, principal polo econômico regional.

[18] Região composta pelas zonas austrais da América do Sul, ao sul do Trópico de Capricórnio.

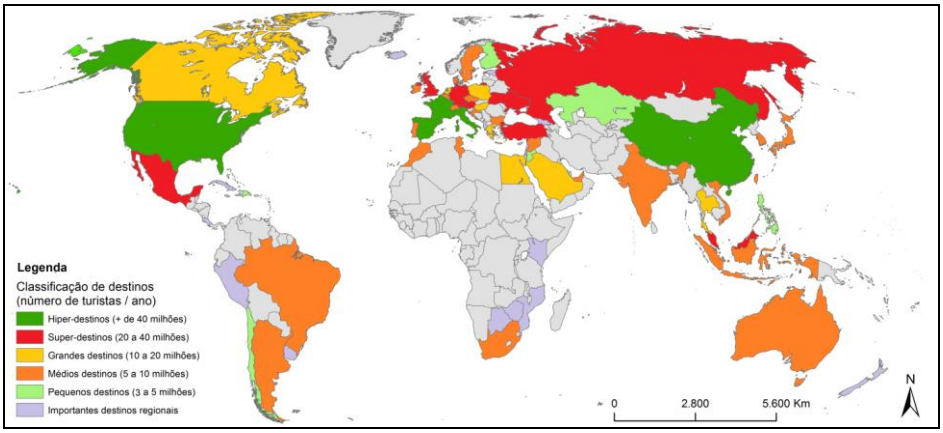
DOS HIPER-DESTINOS AOS IMPORTANTES DESTINOS REGIONAIS. SISTEMATIZAÇÃO DOS DESTINOS COMO FERRAMENTA DE ENTENDIMENTO DOS FLUXOS TURÍSTICOS INTERNACIONAIS[19]

Para o melhor entendimento sobre os fluxos do turismo internacional, seria interessante a intersecção de dados de receptivos e de emissivos por país no mesmo ano de referência, uma vez que possibilitaria uma melhor análise sobre os movimentos de uma localidade a um destino e a consequente percepção sobre os países deficitários e superavitários no setor. Porém, os dados relativos ao turismo emissivo por país são extremamente precários.

Nesse sentido, através dos dados de chegadas de turistas internacionais por país, pretende-se, mais do que pontuar os principais destinos do turismo internacional, sistematizar e mapear, através da proposta de categorização quantitativa de destinos mundiais, os principais polos receptivos de turistas internacionais. O objetivo, portanto, é de refletir sobre alguns dos elementos de promoção do fenômeno em cada país e dessa forma, contribuir com o entendimento sobre os fluxos globais de turistas a partir dos pontos de chegadas.

[19] "Esta seção é uma ampliação da Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso de Lazer e Turismo de Pieri (2014), apresentada na EACH-USP, orientada por Panosso Netto. Partes modificadas deste texto já foram publicadas na Revista Turismo em Análise, por Pieri (2014)."

Mapa 13 – **Principais destinos turísticos internacionais, 2011**



** Universo de 983.000 milhões de chegadas de turistas internacionais*
Fonte: OMT. Panorama do turismo internacional, 2012. *Elaboração*: Vitor Stuart Gabriel de Pieri.

OS HIPERDESTINOS

Com mais de 40 milhões de chegadas de turistas internacionais por ano, a França, a Espanha, a Itália, a China e os Estados Unidos se destacam como os principais destinos do turismo internacional. Localizados nos mais dinâmicos centros econômicos do mundo (Europa, Estados Unidos e China), são considerados destinos consolidados ou maduros, se caracterizando como grandes polos receptivos com os mais diversos tipos de atrações.

Dentre os cinco hiperdestinos, é válido destacar a França, com quase 80.000 milhões de chegadas de turistas estrangeiros no país em

2011, é o país mais visitado do mundo. Porém, ao se considerar os números dos ingressos medidos em dólares com o turismo, o país é ultrapassado pelos Estados Unidos e Espanha. Ou seja, quando se trata do turismo numa perspectiva econômica, a partir do impacto do turismo nas contas nacionais do país, deve-se estar atento com outras variáveis, tais como equilíbrio entre receptivo e emissivo e consequentemente na balança comercial, questões cambiais, dentre outros aspectos.

OS SUPERDESTINOS

Essa categorização, caracterizada por aqueles países que recebem entre 20 e 40 milhões de turistas por ano, engloba 9 países (Reino Unido, Alemanha, Áustria, Rússia, Ucrânia[20], Turquia, Hong Kong, Malásia, México), muitos deles relativamente heterogêneos do ponto de vista econômico, politico, social e físico-natural.

Pode-se dividir os superdestinos em basicamente dois grupos; o dos países desenvolvidos compostos por Reino Unido, Alemanha, e Áustria e aqueles pertencentes ao grupo de economias emergentes, tais como; Rússia, Ucrânia, Turquia, Hong Kong, Malásia e México.

[20] Cabe apontar que os atuais conflitos na Ucrânia, seguramente retiram o país da condição de superdestino.

Porém, é possível apontar alguns fatores que colaboram para torná-los superdestinos do turismo internacional, tais como: proximidade de grandes emissores, estabilidade política, importantes atrativos e pujante crescimento econômico.

GRANDES DESTINOS

Caracterizados como os países que recebem entre 10 e 20 milhões de turistas internacionais por ano, a categoria de Grandes Destinos concentra países da Europa Oriental como Polônia e Hungria; Mediterrânea, como a Grécia; e Europa Ocidental, como Holanda, além de países do Sudeste Asiático como Cingapura, Tailândia e Macau; da América do Norte como o Canadá; e finalmente do Oriente Médio, onde a Arábia Saudita vem se destacando como principal destino da região.

Ademais de importantes destinos do turismo de negócios, como Cingapura e Arábia Saudita, o grupo de Grandes Destinos caracteriza-se por países próximos a importante emissores de turistas e alguns destinos consolidados como a Grécia, Holanda, Canadá e Polônia.

MÉDIOS DESTINOS

Muitos dos Médios Destinos, países que recebem entre 5 e 10 milhões de turistas anualmente (Dinamarca, Irlanda, Suécia, Bélgica, Suíça, Bulgária, República Tcheca, Croácia, Portugal, Coréia do Sul, Japão, Taiwan, Indonésia, Vietnã, Austrália, Índia, Argentina, Brasil, Marrocos, África do Sul, Egito, Emirados Árabes, Síria), serão analisados mais a fundo no próximo capítulo, uma vez que em sua maioria, tratam-se de destinos mais emergentes ou instáveis do ponto de vista da relevância na atração de visitantes estrangeiros. Esse fato se deve a uma série de questões de âmbito político, econômico, físico-natural e até mesmo, de configuração territorial.

Nesse sentido, observa-se que a presença de novos destinos vem ganhando espaço no âmbito do turismo a partir da reconfiguração político-econômica do mundo, na qual a história contemporânea é marcada por períodos bastante marcantes, tais como:

A decadência do modelo socialista e o consequente fim da ordem bipolar;

A globalização e o surgimento de novos atores geoeconômicos e geoculturais no sistema internacional;

O 11 de setembro e a política unilateral de guerra ao terror e:

A nova configuração econômica do mundo, com o surgimento de novos atores geopolíticos e econômicos.

PEQUENOS DESTINOS E IMPORTANTES DESTINOS REGIONAIS

A análise dos Pequenos Destinos, países que recebem entre 3 e 5 milhões de turistas anualmente, (Finlândia, Cazaquistão, Filipinas, República Dominicana, Porto Rico, Chile, Tunísia, Jordânia) e importantes Destinos Regionais (Nova Zelândia, Guam, Cuba, Jamaica, Costa Rica, Peru, Uruguai, Botsuana, Quênia, Moçambique, Zimbabwe, Líbano, Islândia, Geórgia, Estônia, Andorra, Albânia, Chipre, Israel, Malta), pode ser realizada em conjuntos, uma vez que caracterizam-se como destinos que possuem um relativo peso do ponto de vista da relevância na atração de turistas.

Essas categorias reúnem destinos de todas as partes do mundo, nesse sentido possuem enorme heterogeneidade do ponto de vista da política e economia internacional, como exemplo, Cuba e Israel e Finlândia e Zimbabwe, além de questões relacionadas ao clima a exemplo de Islândia e República Dominicana.

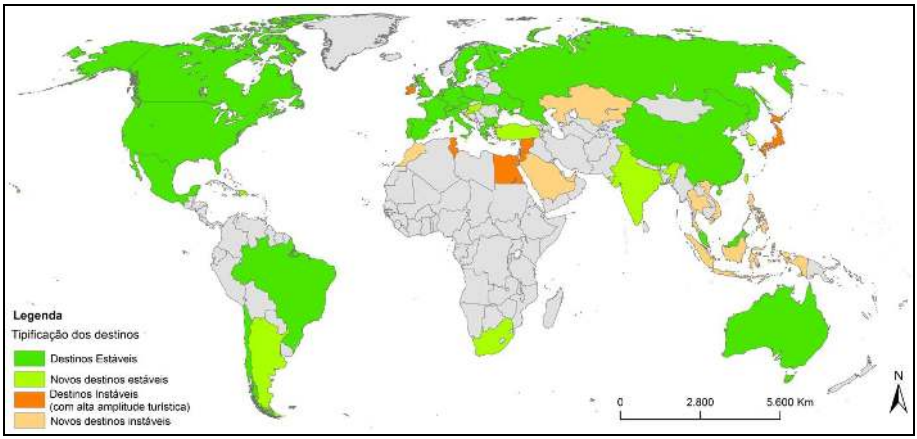
TIPIFICAÇÃO DOS (NOVOS) DESTINOS DO TURISMO INTERNACIONAL: ESTABILIDADE, INSTABILIDADE E A QUESTÃO DA AMPLITUDE TURÍSTICA

No esforço de se pensar em uma conceitualização e sistematização dos novos destinos, percebeu-se a necessidade de, através dos dados da OMT referentes às chegadas de turistas estrangeiros por país de 2009 a 2011, qualificar os destinos turísticos por níveis de consolidação.

Para isso, elaborou-se um mapa que trata dos destinos e novos destinos classificados em estáveis, aqueles que em um curto ou longo prazo possuem contínuo crescimento na recepção de turistas internacionais, e instáveis, aqueles que apresentam enormes variações no que tange ao receptivo de turistas estrangeiros, nesse caso, considerados países com alta amplitude turística.

É importante levar em consideração nesse debate que outros fatores também influenciam nessa dinâmica como "o volume do tráfego costuma decrescer à medida que se afasta do centro gerador, uma vez que aumentam os custos da viagem em tempo, dinheiro e esforço" (PEARCE, 2003, p.32).

Mapa 14 - (**Novos) destinos turísticos internacionais, 2011**[21]



* Universo de 983.000 milhões de chegadas de turistas internacionais.
Fonte: OMT. Panorama do Turismo Internacional, 2012. *Elaboração*: Vitor Stuart Gabriel de Pieri

OS DESTINOS ESTÁVEIS

A classificação de destinos estáveis parte de algumas prerrogativas pautadas nos seguintes aspectos: destinos considerados maduros (favoráveis em diversos elementos de promoção do turismo internacional) e/ou destinos que apresentaram pequenas variações nos dados de chegadas de turistas internacionais, na maioria das vezes positivas.

[21] É importante observar que a crise política na Ucrânia retira o país da condição de "novo destino estável", transformando-o em "novo destino instável".

Uma questão importante de se colocar, que em determinado aspecto homogeneíza essa categorização, é que os destinos estáveis são países que não apresentam graves problemas de âmbito político, econômico, social, cultural e mesmo físico-natural, a ponto de comprometerem e gerarem algum tipo de instabilidade como destino de turistas estrangeiros.

Como método de sistematização entre os países dessa categoria, torna-se interessante cruzar a tipologia destinos estáveis com a classificação criada no item anterior, que busca apontar os principais destinos turísticos internacionais. Nesse sentido, dentre os destinos estáveis, encontram-se:

Todos os cinco Hiperdestinos: França, Espanha, Itália, China, EUA;

Sete dos nove Superdestinos: Reino Unido, Alemanha, Áustria, Rússia, Ucrânia, Malásia, México;

Quatro dos nove grandes destinos: Holanda, Polônia, Grécia, Canadá;

Nove dos vinte e três médios destinos: Dinamarca, Suécia, Bélgica, Suíça, Bulgária, República Tcheca, Portugal, Austrália, Brasil e;

Três dos oito pequenos destinos: Finlândia, Porto Rico e Chile.

OS NOVOS DESTINOS ESTÁVEIS

Como novos destinos estáveis se consideram aqueles países que por um lado apresentaram nos últimos anos um considerável crescimento no número de chegadas de turistas estrangeiros e por outro, possuem relativa estabilidade, principalmente do ponto de vista político, econômico, social e cultural.

Um fato que chama a atenção no conjunto de países classificados como novos destinos estáveis é que a grande maioria são potências emergentes regionais ou globais, a exemplo da Índia, África do Sul, Turquia, Coréia do Sul e Argentina.

Ao analisar separadamente cada novo destino estável, percebem-se diversos fatores atrelados às dinâmicas regionais que contribuem para que determinados países se destaquem como importantes centros de atração de turistas internacionais.

A começar por Hong Kong e Macau, ambos considerados como Regiões Administrativas Especiais da China, com a qual compartem basicamente apenas assuntos relacionados à esfera de relações exteriores e questão de defesa militar. Hong Kong é uma ex-colônia inglesa, caracterizada como uma região capitalista de baixo nível de impostos e livre comércio, o que desperta a atração, especialmente pelo turismo de negócios, nessa região de economia

pujante. Em relação a Macau, ex-colônia portuguesa, atrai turistas internacionais principalmente em busca de cassinos e jogos, em uma região extremamente dinâmica do ponto de vista do crescimento econômico. Por outro lado, Taiwan, também conhecido como Formosa, é uma ilha considerada como província rebelde da China, que mantém extremamente preservada a antiga arte chinesa e atrai também pelo turismo de negócios, uma vez que diversas empresas ocidentais, especialmente do ramo têxtil, concentram suas indústrias na região.

Já a pequena Cingapura, apresenta algumas características bastante peculiares, destacando-se como importante centro de negócios do sudeste asiático, extremamente industrializado. Apresenta um dos portos mais movimentados do mundo, um dos maiores centros de refinos de petróleo, um dos centros financeiros mais dinâmicos e uma enorme concentração de cassinos e casas de jogos. Portanto, pode-se apontá-la como um destino que vai além do ramo de turismo de negócios.

A Coréia do Sul, importante aliado geopolítico dos Estados Unidos no sudeste asiático, se destaca como uma das principais economias emergentes do mundo contemporâneo, especialmente no setor de produtos de alta tecnologia. Essa dimensão econômica se expressa a partir de diversas empresas globais do país, a exemplo da Hyundai, Kia, Samsung e LG. No ramo do turismo, números

crescentes nas chegadas de turistas estrangeiros, principalmente relacionados a negócios, expõem o seu desenvolvimento econômico robusto.

Um fato interessante de apontar no momento, é que dentre os novos destinos estáveis, encontram-se os quatro países que compõem os Tigres Asiáticos (Hong Kong, Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura), caracterizados como economias que se desenvolveram rapidamente a partir da evolução de setores industriais e de serviços entre os anos de 1960 e 1990.

A Índia, com seus aproximados 1,2 bilhões de habitantes, importante ator do cenário geopolítico e econômico internacional, tem atraído turistas estrangeiros que buscam negócios ligados à tecnologia e ao setor de serviços, facilitados pela língua inglesa herdada da antiga metrópole. Além disso, apesar de todos os problemas decorrentes da pobreza de grande parte da população, a enorme variedade cultural, atrai turistas interessados pelos mais diversos aspectos.

O caso da África do Sul - país que sofreu o *Apartheid*, regime de segregação racial de 1948 a 1994 - é extremamente válido na análise. Com exuberantes belezas naturais como cidades como Cape Town, foi sede da última Copa do Mundo em 2010, apresentando no ano seguinte um crescimento exponencial na atração de turistas estrangeiros que buscam os mais diversos tipos de turismo, desde o de

aventura, passando pelo educacional, até os de negócios, uma vez que o país se destaca como uma importante economia emergente contemporânea.

Em relação à Índia e à África do Sul, é interessante apontar que ambos fazem parte dos BRICS, se destacando dentre as principais potências emergentes da atualidade.

Já a Argentina surge como um novo destino estável, basicamente favorecido por dois motivos, a relativa estabilização política e econômica após o trauma financeiro vivido no início dos anos 2000 e o grande aumento da demanda turística, especialmente por parte do Brasil, principal emissor de turistas ao país. Pode-se apontar que o crescimento exponencial das chegadas de turistas estrangeiros ao país, muito se deve à ascensão econômica do brasileiro nos últimos anos, que buscam especialmente destinos como Buenos Aires, Bariloche e mais recentemente, El Calafate e Ushuaia, como já afirmado. Os números de chegadas de estrangeiros tornaram a Argentina o principal destino de turistas internacionais na América do Sul.

A República Dominicana destaca-se como principal destino turístico internacional da América Central e Caribe. Esse fato deve-se à proximidade de importantes centros emissores como os Estados Unidos, à estabilidade política doméstica, em uma região bastante

conturbada nesse aspecto, ao clima caribenho e às exuberantes praias que o país possui.

A Croácia destaca-se como um destino importante e de baixo custo. Cercada pelo mar Adriático, com praias paradisíacas e cidades com traços medievais, atraem turistas de toda a Europa, especialmente da Itália, em função da proximidade geográfica com o país.

A Hungria também se destaca como crescente destino do turismo, principalmente europeu, com cidades que carregam em sua arquitetura a marca da ocupação de diversas civilizações que ocuparam o país. O país ingressou como membro da União Europeia em 2004 e desde então, vem buscando maior inserção internacional em âmbito político, econômico e cultural.

Por fim, a Turquia apresentou um crescimento exponencial nas chegadas de turistas internacionais que buscam conhecer a enorme diversidade cultural gerada pela união de diferentes civilizações, além das mais diversas atrações. País de maioria muçulmana com traços ocidentais, relativamente estável do ponto de vista político, vem se destacando como uma das economias emergentes na atualidade e como um dos grandes parceiros dos países centrais na região.

No intuito de cruzar as informações do Mapa 13 com as do Mapa 14, pode-se apontar que dentre os novos destinos estáveis:

- Dois dos nove complementam a lista de superdestinos: Turquia e Hong Kong;
- Três dos nove são classificados como grandes destinos: Hungria, Macau e Cingapura;
- Seis dos vinte e três são classificados como médios destinos: Croácia, Coréia do Sul, Taiwan, Índia, Argentina, África do Sul;
- Um dos oito é classificado como pequeno destino: República Dominicana.

O FENÔMENO DA ALTA AMPLITUDE TURÍSTICA E OS (NOVOS) DESTINOS INSTÁVEIS

No esforço de diferenciar os países que possuem extrema variação anual no que tange às chegadas de turistas internacionais, buscou-se aplicar o conceito de amplitude - entendido como uma medida escalar positiva e negativa que resulta em uma oscilação gráfica - à análise de cada destino. Através dessa metodologia, percebeu-se que diversos países possuem grande instabilidade na atração de turistas estrangeiros em um curto espaço de tempo, fato esse motivado por diversas questões de cunho político, econômico, cultural, social e físico-natural.

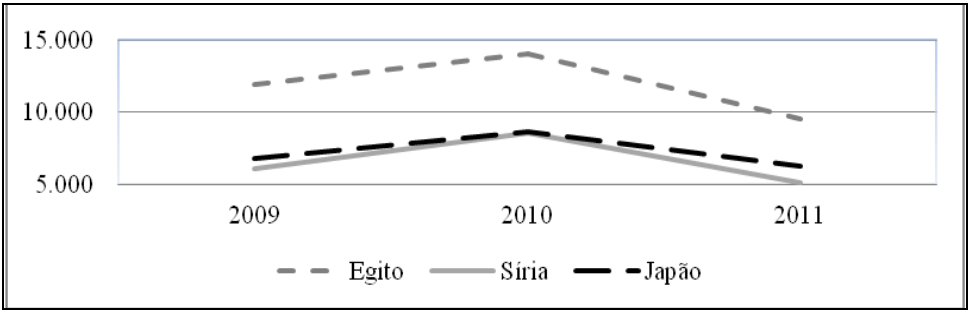
É interessante observar que ao mesmo tempo em que diferentes questões tornam certos destinos inconstantes do ponto de vista da recepção de turistas internacionais, outros países acabam por se tornarem receptivos dessa demanda, demonstrando certa elasticidade e sazonalidade dos fluxos voltados a determinados destinos instáveis. Um exemplo claro desse processo, já apontado em documentos oficiais da OMT, foi a questão do forte impacto da Primavera Árabe aos setores do turismo dos países que passavam por graves crises políticas e sociais domésticas, uma vez que esses destinos sofreram imensa queda na visita de turistas estrangeiros. Observou-se por outro lado, que países como os da Europa Mediterrânea, caracterizados como destinos turísticos consolidados, receberam grande parte desses fluxos internacionais de turistas, que em épocas anteriores se destinavam ao lado africano do Mediterrâneo.

É válido salientar nesse processo, mesmo que em menor escala, que a crise econômica afetou respectivamente diversos países centrais, especialmente os pertencentes à Zona do Euro[22], o que diminuiu o poder de consumo de parte do público responsável pelos fluxos turísticos ao norte da África.

[22] Composta por 17 países que possuem o Euro como moeda nacional: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Holanda e Portugal.

Portanto, nessa perspectiva da amplitude turística, pode-se observar (Gráfico 1) a ocorrência desse fenômeno em um curto espaço de tempo (2009-2011) em destinos que sofreram recentemente com questões físico-naturais como o tsunami de 2011 no Japão e político-sociais como as revoltas populares em 2011 no Egito e o início da guerra civil na Síria.

Gráfico 1 **- Amplitude turística,**
milhões de chegadas internacionais (2009-2011)



Fonte: Elaborado dos autores a partir de dados da OMT (2012).

É importante apontar que dentro da classificação destinos instáveis, encontram-se aqueles destinos mais cristalizados, principalmente do ponto de vista de atrativos. Nestes os dados de chegadas de turistas internacionais oscilam em função de fenômenos eventuais ao longo de décadas. Por outro lado estão os novos destinos emergentes, que nos últimos anos tem frequentemente oscilado de

maneira positiva, porém se caracterizam como instáveis a partir de uma série de questões relacionadas, tais como:

1) Quadro físico-natural em que se encontram - a exemplo de zonas sísmicas e/ou marcadas por constantes instabilidades climáticas;
2) Questões de política doméstica - como os governos ditatoriais e incertezas no âmbito da governança interna;
3) Questões de âmbito sociocultural - a exemplo de conflitos internos por intolerância étnico-religiosa;
4) Eventos de ordem econômica - relacionados às crises nas contas nacionais que se desdobram em questões como inflação e desemprego.

Dentro dessa perspectiva, Beni (2011), chama a atenção para os riscos estruturais ao setor empresarial do turismo, especialmente os de pequeno e médio porte, os quais considera que:

> as flutuações sazonais de demandas, e outros riscos exógenos, como taxas de câmbio e toda retratilidade do turismo em face de riscos meteorológicos, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo, insegurança e violência urbana, dentre outros, tem impacto em taxas de ocupação hoteleira, em assentos de transportes aéreo, ferroviário e rodoviário, e em sua capacidade de ganho e de lucratividade (BENI, 2011, p.32).

Portanto, no sentido de debater os destinos e novos destinos classificados como instáveis, apresenta-se a Tabela 8, que ao complementar as informações apontadas no Mapa 4, busca discutir o percentual de perdas ou ganhos de turistas internacionais entre 2009/2010 e 2010/2011 em cada país, além de sistematizar os fatores de instabilidade dos destinos levantados.

Após a análise da Tabela 8, pode-se observar e comprovar em toda essa dinâmica de levantamento de (novos) destinos instáveis nos últimos anos, que quase todos os países classificados nessa categoria, se localizam em regiões como o Norte da África, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático. Excluindo a Irlanda e o Japão, todos sofrem com governos ditatoriais ou democracias frágeis, apresentando assim, diversos níveis de instabilidades políticas domésticas. É importante apontar que outra questão que impacta diretamente nos destinos instáveis, se relaciona ao que se chamou de fator físico-natural, relacionado à posição do país na terra e os consequentes eventos naturais ligados à tectônica de placas e à variação do clima.

Tabela 8 - **Países com alta amplitude turística**

Países	Destinos Instáveis	Novos Destinos Instáveis	Chegadas de turistas estrangeiros (%)		Principais fatores de instabilidade
			2009/2010	2010/2011	
Irlanda	X		- 9,4	-	Crise Econômica. País pertencente à Zona do Euro. Procurado como destino de jovens e trabalhadores – principalmente advindos da Europa Oriental e Meridional - nos primeiros anos de 2000, em função do 'boom' econômico vivenciado na época.
Japão	X		20,8	-27,8	Questão físico-natural – Tsunami que se desdobrou na crise nuclear em Fukushima em 2011.
Egito	X		17,9	-32,4	Crise política interna com a derrubada do Presidente Hosni Mubarak em 2011, reflexo da Primavera Árabe.
Síria	X		40,3	-40,7	Início da crise política interna – reflexo da Primavera Árabe – que se desdobrou na Guerra Civil entre o Governo de Bashar al-Assad contra grupos rebeldes, país localiza-se em importante zona sísmica.
Tunísia	X		0,0	-30,7	Importante destino de turistas europeus no Mediterrâneo, afetado pela crise política reflexo da Primavera Árabe, levando à queda do Governo de Ben Ali no começo de 2011.
Jordânia	X		20,3	-12,8	Localizado em região habitada por diversas civilizações. É governado por monarquia ditatorial aliada ao ocidente. Importante exportador de petróleo é destino do turismo de negócios. País sofreu efeitos da Primavera Árabe. Faz fronteira com diversos países em constantes conflitos domésticos, além de estar em local de intensa zona sísmica e apresentar diversos históricos de ataques terroristas.
Tailândia		X	12,6	19,8	Após o enorme Tsunami de 2004, que causou a morte de mais de 230 mil pessoas, o país vem se recuperando como novo destino do turismo internacional, apesar de localizar-se em zona sísmica bastante instável. Destaca-se também como importante destino do turismo sexual e médico (cirurgias plásticas). São constantes os conflitos separatistas no sul do país, de maioria muçulmana e origem malaia.
Arábia Saudita		X	-0,4	59,8	Maior exportador de petróleo do mundo. Governado e estabilizado politicamente por meio de forte ditadura da família Al Saud - apoiada por importantes países ocidentais. Grande destino de turistas estrangeiros, principalmente em busca de negócios.
Marrocos		X	11,4	0,6	Monarquia ditatorial, localizado muito próximo à Europa e com certa estabilidade política. País de maioria muçulmana que vem se tornando um destino turístico importante dentre os países da região do Magreb, inclusive em épocas da Primavera Árabe.
Vietnã		X	34,8	19,1	Recuperado dos traumas da guerra na década de 1960. Localizado em uma região de grande instabilidade climática gerado pelo regime de monções e de constantes atividades sísmicas. Apresenta belíssimas paisagens e tem aproveitado bem a proximidade dos novos grandes centros econômicos e demográficos do mundo.
Indonésia		X	10,7	9,2	Crescente no ramo de turismo de aventura e com ilhas paradisíacas. Passa por constantes momentos de instabilidade social gerada por intolerância religiosa entre muçulmanos e budistas, além de estar localizada em importante zona sísmica e ter sofrido com tsunamis e terremotos como os de 2004.
Emirados Árabes		X	9,1	9,4	Grande exportador de petróleo. Governado por dura monarquia ditatorial apoiada por importantes países ocidentais. Vem se aproveitando do turismo de negócios e da criação de atrações 'faraônicas' que desafiam os limites da engenharia e da natureza, especialmente em Dubai.
Cazaquistão		X	8,8	20,6	Fronteira com importantes centros econômicos mundiais – China e Rússia. Apresenta importantes reservas de recursos naturais, o que atrai muitos turistas de negócios. Zona sísmica, com enorme amplitude térmica. Possui histórico de terrorismo.
Filipinas		X	16,7	11,3	Composto por ilhas paradisíacas. Próximo de importantes centros econômicos e demográficos. A capital Manila é um dos principais polos de atração do turismo sexual do mundo. Localiza-se em zona sísmica. Possui histórico de terrorismo de grupos islâmicos que requerem a independência da Ilha de Mindamau.

CAPÍTULO 7

O turismo no processo de integração europeu

O TURISMO NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEU

> *A Europa é o maior destino turístico do planeta e com a organização da União Europeia, suas políticas de turismo tornam-se cada vez mais elaboradas e articuladas.*
>
> *TRIGO, 2007, p. 10*

Esse capítulo visa debater alguns dos acordos que compõem o "quebra-cabeça" da integração europeia. Tais acordos de alguma forma possuem em sua gênese elementos constitutivos que contribuem com o turismo intrarregional. Consequentemente, surgem como estratégias na construção de imaginários, no sentimento de pertencimento e na facilitação das transações comerciais, dentro de uma região marcada por duas guerras mundiais cujas origens dos conflitos derivam de questões de âmbito econômico, cultural, social e político.

Nesse contexto, pode-se considerar que o primeiro passo do processo de integração europeia se deu em 1951 com a assinatura do Tratado de Paris e o surgimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Seu objetivo inicial era de integrar e unificar a indústria dos países signatários destas duas matérias primas fundamentais para a indústria bélica. Já em meados da década de 1950, mais especificamente em 1957, os mesmos seis países

signatários da CECA, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha, assinaram o Tratado de Roma, celebrando assim, os acordos de união aduaneira da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e de cooperação em energia nuclear, o Euratom. Portanto, o objetivo do processo da integração europeia consiste em impedir definitivamente que a Europa seja palco de mais uma guerra mundial, objetivo este bem apontado na frase de um dos célebres inspiradores do federalismo europeu, Jean Monnet, quando disse que "Fazer a Europa é fazer a paz".

A atual crise na Europa que surgiu em 2008, em especial na Zona do Euro, tem despertado, no contexto internacional, dúvidas e descrenças ao modelo federalista europeu. Tal crise foi gerada, dentre outras coisas, por um despreparo dos países em se adaptar à polêmica fase pós-industrial do mundo contemporâneo; por um cenário de protecionismo comercial internacional generalizado, consequência da guerra cambial; por uma enorme assimetria econômico-financeira entre os países pertencentes ao acordo e; por um descompasso entre políticas fiscais independentes e política monetária única.

Em fins de 2012 os governos dos países em crise, entre eles Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha tiveram o complicado papel de equilibrarem as contas nacionais. Porém, a austeridade econômica, aliada aos cortes em investimentos e despesas e à redução de benefícios sociais, necessários para a recuperação financeira, esbarra

na questão social. Um paradoxo se formou, pois ao mesmo tempo em que a população clama por ações de seus governos, ela se manifesta contrária no momento em que a "carne a ser cortada é a sua própria". Nesse aspecto, valores duvidosos que andavam esquecidos são revalorizados e colocam em desequilíbrio as relações sociais internas. Tais valores são o nacionalismo exacerbado e o preconceito do xenofobismo, principalmente contra os de origem árabe.

Por outro lado, ao se analisar o quebra-cabeça da integração europeia numa perspectiva da evolução do turismo, nota-se que os diversos acordos e instituições responsáveis pelo intercâmbio universitário, pela livre circulação, pela união monetária e finalmente, pela descentralização de políticas, convergem, cada um na sua proporção, com o ideário da integração europeia. Portanto, o turismo no continente é percebido como uma atividade que transforma imaginários no sentido de gerar uma maior aceitação e respeito ao diferente, além também, da contribuição trazida ao equilíbrio financeiro dos países receptores.

Nesse sentido, os acordos de âmbito educacional como o Erasmus, de âmbito migratório como o Schengen, de âmbito monetário como a Zona do Euro e finalmente a instituição Comitê das Regiões, responsável pela descentralização de políticas territoriais a partir de representações dos governos locais e regionais nas decisões -

compõem um sistema capaz de colaborar com importantes ações promotoras do turismo e de uma maior coesão política europeia.

ERASMUS: INTERCÂMBIO EDUCACIONAL E CONSTRUÇÃO DE IMAGINÁRIOS

> O turismo é um grande negócio global, porém é mais do que isso. É um convite à convivência entre pessoas, etnias e culturas diferentes (PANOSSO NETTO; TRIGO, 2009, p. 49).

O programa Erasmus constitui-se basicamente de um programa de intercâmbio universitário europeu estabelecido em 1987, o qual oferece a possibilidade de alunos matriculados e professores de universidades de 33 países diferentes – dentre os quais, membros e candidatos à União Europeia e do Espaço Econômico Europeu – estudarem e trabalharem em outros países por um período de 3 a 12 meses.

O nome Erasmus é inspirado no teólogo e humanista holandês Erasmo de Roterdã que estudou e viveu em diversos lugares da Europa, pois acreditava que a vivência em diversos países e a educação eram os melhores caminhos para o avanço do conhecimento. E.R.A.S.M.U.S. é também uma sigla para European Region Action Scheme for the Mobility of University Students (ou, em português,

Esquema de Ação Regional Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários).

Ao analisar o processo de integração europeia através de um viés de transformação de imaginários por meio de uma construção e ampliação de uma identidade e de um sentimento federalista como alternativa kantiana para a paz regional, é possível afirmar que o Erasmus surge como um importante programa de cooperação voltado às novas gerações de cidadãos que tenderão a perpetuar o ideário proposto pelo federalismo europeu.

É importante apontar também, que além do Erasmus, existem outros programas de cooperação educacional e profissional no âmbito da União Europeia, dentre eles, pode-se apontar o Comenius (direcionado para estudantes do nível fundamental e médio), o Leonardo da Vinci (voltados para a formação profissional) e o Grundtvig (voltados à educação de adultos).

Dentro dessa perspectiva, pode-se dizer que o intercâmbio educacional contribui com o turismo em âmbito intrarregional, pois o fato de estudantes e professores viverem uma experiência extremamente rica do ponto de vista cultural, educacional e humano - em contato com estudantes de diversas partes da Europa – ajuda bastante na quebra de paradigmas e na transformação de imaginários, abrindo fronteiras para que essas novas gerações usufruam das

diversas possibilidades oferecidas pelo aprofundamento da integração regional.

ESPAÇO SCHENGEN: LIVRE CIRCULAÇÃO E SENTIMENTO FEDERALISTA DA IDENTIDADE EUROPEIA

A construção de uma Europa sem fronteiras aporta benefícios tanto aos cidadãos como ao tecido empresarial, já que ademais de evitar as incômodas filas nos controles fronteiriços para a população europeia, favorecerá o crescimento do turismo nessa zona (PELLICER, 2008, p. 2, t.n.).

O Espaço Schengen constitui-se basicamente de um acordo de livre circulação de pessoas e de cooperação no âmbito da segurança interna, como esforço de implementação de um método comunitário - como apontado pelo Tratado de Lisboa de 2007 - pautado na liberdade, segurança e justiça.

Atualmente o Espaço Schengen é composto por 22 países dos 27 da União Europeia (Portugal, Espanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Alemanha, Dinamarca, República Tcheca, Polônia, Lituânia, Letônia, Estônia, Finlândia, Suécia, Eslováquia, Hungria, Áustria, Itália, Grécia e Malta) e por 4 extracomunitários (Islândia, Noruega, Suíça e Liechtenstein), estando de fora por opção

ou por não atender as prerrogativas necessárias à adesão, países como Irlanda, Inglaterra, Romênia, Chipre e Bulgária.

Mapa 15 **- Países pertencentes ao espaço Schengen, 2015**



Fonte: Elaboração dos autores.

Pode-se dizer que a livre circulação de cidadãos contribui bastante no dinamismo cultural, social e econômico em âmbito intrarregional, colaborando assim, com a transformação de imaginários, através de um enorme favorecimento dos fluxos turísticos entre os países signatários. Isso se dá porque qualquer cidadão em situação regular dentro de algum dos países pertencentes ao acordo tem a possibilidade de circular por fronteiras terrestres ou marítimas dos 26 países, sem a necessidade de visto ou qualquer outra medida migratória.

Também estão favorecidos por este acordo os naturais e residentes em países que estão fora do acordo e que necessitam vistos de entrada nos mesmos. Existindo uma zona e política comum de imigração, o estrangeiro necessita, quando necessita, apenas um visto para poder estar nos 26 territórios nacionais. Portanto, a política do espaço Schengen além de favorecer o tema da interlocução cultural entre os cidadãos europeus, tem forte viés econômico no que se refere à atração de turistas de além de suas fronteiras.

ZONA DO EURO: O PAPEL DA UNIÃO MONETÁRIA NAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS

> O Banco Central Europeu (BCE) é o banco central responsável pela moeda única europeia: o euro. A principal missão do BCE é preservar o poder de compra

> do euro e, deste modo, a estabilidade de preços na área do euro[23].

Na atual fase das finanças internacionais, caracterizada por crises econômicas de países centrais, pelo surgimento de novos atores político-econômicos globais e pela consequente utilização de acrônimos vinculados a todo esse processo - tais como PIIGS e BRICS - o tema da ousada e polêmica União Monetária em torno do Euro, composta por 19 países, surge como um dos maiores gargalhos financeiros na atualidade. Países extremamente assimétricos do ponto de vista econômico-financeiro passaram a compartilhar, ao longo dos últimos 10 anos, de uma moeda única - num cenário internacional agravado pela Guerra Cambial, ou seja, pelas manobras de protecionismo comercial, através da desvalorização artificial do câmbio.

A integração europeia apresenta desafios ao modelo federalista, que perpassam a questão relacionada aos dilemas da moeda única no âmbito da união monetária, abrangendo também temas polêmicos extremamente delicados e complicados de serem resolvidos, tais como: o multiculturalismo (especialmente em época de crise econômica), a política externa (praticamente independente por país) e a questão da defesa e segurança nacional (com as forças

[23] http://www.ecb.int/ecb/html/index.pt.html

armadas atuando também de acordo com as orientações de cada Ministério da Defesa). Nesse sentido, temas que transcendem os interesses nacionais, extremamente relevantes no cenário internacional, acabam não sendo compartilhados no momento de uma decisão conjunta.

Mapa 16 **- Países pertentes à Zona do Euro, 2015**



* Letônia e Estônia fazem parte atualmente da Zona do Euro.
Fonte: Elaboração dos autores.

Dentro dessa perspectiva, é válido apontar como o turismo surge no contexto da União Monetária, visto que a moeda única, por um lado, favorece as transações comerciais e de serviços, contribuindo assim, com a imensa facilitação dos turistas nos trâmites econômicos-comerciais, especialmente em âmbito intrarregional. Porém, por outro lado, prejudica no sentido de encarecer a destinação em função de uma supervalorização do Euro em comparação às outras moedas. Vale apontar que o valor do câmbio surge somente como um dos elementos de promoção de um país na atração de turismo internacional, não afetando assim, em demasiado, a escolha do país como destinação turística. Dessa forma, pode-se assinalar mais fatores positivos do que negativos, pois ademais, o câmbio forte tende a contribuir na contenção inflacionária, problema gerador de instabilidade política e complicador na gestão das diversas atividades relacionadas ao turismo.

Nesse sentido, observa-se que o esforço de implementação e de expansão de uma união monetária, surge como uma importante estratégia de aprofundamento nas relações entre os países da região, particularmente no que tange ao sentimento de pertencimento europeu, à facilitação comercial e à contenção inflacionária – especialmente dos países com características macroeconômicas que tendem à geração de déficits em suas contas nacionais.

Por outro lado - num contexto global de guerra cambial - o modelo de integração monetária, mais ousado dos já apresentados no mundo, enfrenta diversos complicadores no trato de algumas questões extremamente relevantes à satisfação de alguns países signatários e consequentemente à aceitação doméstica por parte dos cidadãos desses países. Portanto, pode-se afirmar que o modelo implementado pela Zona do Euro caracteriza-se como incompleto, na medida em que carece de algumas reformas do ponto de vista estrutural, as quais definitivamente levassem em conta as efetivas assimetrias dos países signatários, o câmbio supervalorizado (o que impacta diretamente na competitividade no comércio internacional) e, finalmente, a carência de elementos eficazes de controle das políticas fiscais, sem logicamente impactar no bem-estar social dos nacionais.

COMITÊ DAS REGIÕES: O PAPEL DOS PODERES LOCAIS NAS DECISÕES POLÍTICAS

> O Comitê das Regiões é um órgão consultivo que representa as autoridades locais e regionais da União Europeia[24].

No contexto do modelo de integração europeu, pode-se dizer que na medida em que se busca a supranacionalidade e o consequente

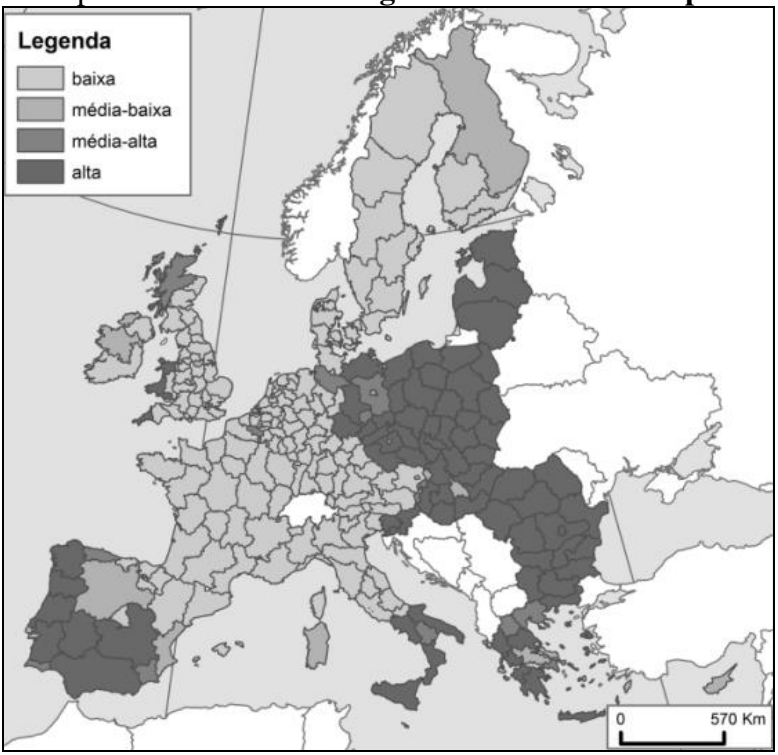
[24] http://europa.eu/about-eu/institutions

compartilhamento de soberania entre os Estados Nacionais em torno de um bloco, os poderes subnacionais tendem a perder capacidade de participação e de decisão em âmbito doméstico. Nesse sentido, surgiu a preocupação por parte dos federalistas europeus em solucionar o crescente déficit participativo dos poderes locais no processo de integração, através da criação - pelo Tratado de Maastricht de 1992 - do Comitê das Regiões. Esse comitê começou a atuar em 1994, a princípio com 222 membros, como um órgão consultivo da Comissão e do Conselho Europeu, que decide a destinação de diversos recursos, tais como o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, e o Fundo de Orientação e Garantia Agrícola.

Com o estratégico compromisso de implementar políticas de desenvolvimento ambiental e territorial na União Europeia, atuando como um grande estimulador de políticas fiscais em âmbito subcontinental, o Comitê das Regiões possui o importante papel de minimizar as assimetrias regionais e de proporcionar uma máxima coesão física, econômica e até mesmo, social. Ele almeja a maior satisfação e aceitação, "desde abaixo", do modelo de integração por parte da sociedade europeia - marcada por diversas realidades territoriais bem expostas nos recortes espaciais do Mapa 17.

O Comitê das Regiões surge, portanto, como um organismo dentro do marco da Comunidade Europeia, com o papel de criar políticas condizentes com as necessidades locais e regionais, com o compromisso de se alcançar melhores índices de qualidade de vida e justiça social entre os Estados Membros do bloco e consequentemente, como um agente responsável por promover uma maior aceitação do modelo federalista europeu em âmbito interno.

Mapa 17 **- Assimetrias Regionais na União Europeia**



Fonte: Elaboração dos autores. Dados do Comitê das Regiões da União Europeia, 2013.

Nessa perspectiva, especialmente através do manejo da política de coesão territorial, o Comitê das Regiões aparece como um importante promotor de infraestrutura física em recortes urbanos e regionais, extremamente determinantes para as atividades ligadas ao turismo e para eventuais planos de implementação de clusters e regiões turísticas no subcontinente.

CAPÍTULO 8

A América Latina no cenário do turismo internacional

A AMÉRICA LATINA NO CENÁRIO DO TURISMO INTERNACIONAL

> *As próprias fronteiras latino-americanas, correndo ao longo da cordilheira desértica, ou da selva impenetrável, isolam mais do que comunicam e raramente possibilitam uma convivência intensa.*
>
> *Darcy Ribeiro, 1986*

A identidade latino-americana foi, ao longo da história desta grande região geográfica, menosprezada pela comunidade internacional e pelos próprios países que a compõe. Esse menosprezo continou ocorrendo ao largo do século XX, apesar dos inúmeros acordos de integração regional e da criação de diversas instituições supranacionais em âmbito subcontinental que foram criadas desde então.

Vista como um recorte espacial, cultural e até mesmo civilizatório, como apontado por Samuel Huntington[25], "a América Latina existiu sempre sob o signo da utopia" (RIBEIRO, 1986). Essa utopia também foi evidenciada pelo Realismo Mágico de Gabriel García Márquez em seu "Cem anos de solidão", ao falar de Macondo, sua cidade imaginária, que 'era então uma aldeia de vinte casas de pau a pique e telhados de sapé construídas na beira de um rio de águas

[25] Em seu livro intitulado "O Choque de Civilizações", publicado em português pela editora Objetiva em 1996.

diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos" (GARCÍA MÁRQUEZ, 2012, p. 43). Pode-se dizer que muitas Macondos hoje são destinos de turistas interessados em suas maravilhas naturais, gastronômicas, turísticas, históricas, etc.

A Filosofia da Libertação e a Teologia da Libertação também buscaram apontar as falácias e estereótipos da região por meio da pena de autores do calibre de Leopoldo Zea, Enrique Dussel, Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez entre inúmeros outros. Apesar de alguns deslizes dessas correntes, e que alguns creem que elas já estão mortas, o certo é afirmar que o tema latino-americano de tangencial passou ao centro do debate em alguns aspectos, inclusive religioso (veja-se o caso de Leonardo Boff explicando suas ideias na Santa Sé, em Roma).

Frente a tantos esquecimentos, porém, nos aspectos político e econômico, foco deste capítulo, é possível observar um processo de amadurecimento da identidade latino-americana nas últimas décadas, especialmente a partir de quatro fenômenos pontuais no plano da política e da economia internacional:

1) O desmantelamento da URSS com fim definitivo da ameaça socialista nos principais países da região;
2) O 11/09, a primazia estadunidense (com a política de Guerra ao Terror) e o consequente afastamento político da

maioria dos países da região da órbita da política externa dos Estados Unidos;

3) O colapso do modelo financeiro-econômico mundial proposto pelo Consenso de Washington na década de 1990 (com a eleição de Governos que valorizavam uma maior intervenção do Estado na economia, na região e a busca de uma maior aproximação político-ideológica entre a maior parte dos países, o que se desdobrou numa série de novos acordos e na formação de instituições regionais, particularmente: a UNASUL e a ALBA) e;
4) As crises econômico-financeiras dos chamados países centrais, do hemisfério Norte, em detrimento do surgimento de novas potências econômicas, políticas e militares na primeira década de 2000.

É importante apontar, portanto, que o conceito de América Latina ganhou força nos últimos anos, por meio de uma mudança de eixo político a favor da valorização da integração regional. Aliado a isso, pode-se assinalar as diferentes estratégias das políticas externas dos principais atores da região - como, por exemplo, a dos eixos combinados (PECEQUILO, 2008) - cuja prioridade foi buscar nos vizinhos e nos demais parceiros do hemisfério Sul do planeta, saídas à

relação de dependência econômico-financeira dos países do hemisfério Norte, ou seja, as políticas externas dos principais países da região passaram a ser pautadas a partir da perspectiva Sul-Sul das relações internacionais, em oposição à antiga dependência Norte-Sul.

Diante dessa nova conjuntura regional, a discussão sobre os fluxos do turismo internacional na América Latina é a partir dos dados oficiais da Organização Mundial do Turismo - OMT (2012). A análise busca apontar a relevância da América Latina no turismo mundial e os principais fatores - endógenos e exógenos - que contribuem ou prejudicam os países da região na atração de turistas estrangeiros.

É importante observar que o recorte latino-americano não é utilizado pela OMT. Nesse sentido, buscou-se, em alguns momentos, adaptar os dados da América do Sul, América Central, Caribe e do México; sendo que no caso deste último, os indicadores estão atrelados ao recorte norte-americano, junto com Canadá e Estados Unidos.

ASSIMETRIAS DOS FLUXOS DO TURISMO INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA E OS DESAFIOS DO BRASIL NO SETOR

Por muito tempo, a América Latina recebeu nomes que lhe foram impostos por seus colonizadores. Índias, Índias Ocidentais,

Novo Mundo foram apenas algumas das denominações escolhidas por europeus para referirem-se ao novo continente.

Atendendo aos mais distintos interesses geopolíticos, ainda é utilizado o termo Ibero-América, atribuído pela Espanha, que abarcava somente aos países das Américas que já estiveram sob a condição de colônias da Península Ibérica[26]. Posteriormente, a elite *criolla*[27], desenvolvendo a consciência nacional e regional, passou a utilizar denominações que representavam a oposição entre os naturais das colônias e os colonizadores europeus. Um exemplo disso é o termo Indo-América, que esteve muito presente no pensamento de Haya de la Torre[28] e de Mariátegui[29] e remete-se à ideia de reconhecimento do elemento nativo, devido aos povos originários, que habitavam o continente americano antes da chegada dos europeus.

Haya de la Torre (1985) dedicou muitos de seus textos à discussão sobre o nome mais adequado para a região que

[26] Está geograficamente localizada na região sudoeste do continente europeu e inclui três países: Portugal, Espanha e Andorra, além de Gibraltar e de uma pequena fração do território francês.

[27] Era a elite nascida no continente americano, mas de origem europeia. O movimento liderado por filhos de espanhóis nascidos na América pela construção de uma identidade genuinamente latino-americana, através de símbolos próprios e da valorização das línguas nativas, recebeu o nome de *criollismo*.

[28] Victor Raúl Haya de la Torre, importante político peruano. Foi o fundador e o líder histórico da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), um dos principais partidos de massa do Peru.

[29] José Carlos Mariátegui foi um dos principais pensadores do marxismo latino-americano e fundador do Partido Comunista Peruano.

convencionalmente chama-se América Latina. Para ele, termos como Ibero-América ou Hispano-América eram fortemente referenciados no período colonial e já não explicavam o que era a região a partir das guerras de independência. A América Latina, por sua vez, seria um termo também com considerável limitação histórica, ainda que mais amplo, por melhor adequar-se às repúblicas instauradas no século XIX. A ideia de Pan-Americanismo, no entanto, é entendida como a mais clara expressão do "imperialismo *yankee*".

Assim, o termo Indo-América seria o mais adequado, pois compreenderia os elementos pré-colombianos (as diversas civilizações indígenas) e aqueles que aqui foram inseridos após o início da colonização (o europeu, o africano, o mestiço). O autor acima trata de aclarar que está consciente do denso peso político que existe por trás do termo e afirmava que este é o que melhor representa o momento revolucionário que a região experimentava.

De uma forma geral, terminou-se por aceitar que é latino-americano aquele país que se encontra nas regiões das Américas e do Caribe, cuja população fale línguas de origem latinas, mais especificamente o português, o espanhol e o francês. Como é fácil perceber, esta definição, que provavelmente teve sua origem a partir da perspectiva imperialista francesa, exclui países como Estados Unidos e Canadá (ainda que este último tenha regiões francófonas) e inclui outros como México que do ponto de vista físico, localiza-se na

América do Norte, e o Haiti, dotado de elementos essencialmente africanos e de colonização francesa (MIGNOLO, 2007).

> O conceito de América Latina e Caribe corresponde, então, a uma região que se estende do México à Argentina e engloba uma população de aproximadamente 610 milhões de habitantes, divididos em 46 países, segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe[30] (CEPAL).

Nesse sentido, ao apontar esse recorte espacial, os dez principais destinos turísticos na América Latina observa-se (MAPA 18) em ordem decrescente: México, Argentina, Brasil, República Dominicana, Porto Rico, Chile, Uruguai, Cuba, Peru e Costa Rica.

[30] Criada em 25 de fevereiro de 1948, a CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU), cujo principal objetivo geral é de contribuir com o desenvolvimento econômico dos países da região da América Latina e do Caribe.

Mapa 18 - **Principais destinos turísticos na América Latina**



Fonte: Elaboração dos autores. Dados da OMT, 2012.

Os dados do turismo mexicano são contabilizado pela OMT juntamente com os dados dos Estados Unidos e Canadá. Porém, ao se

desmembrar os indicadores mexicanos referentes às chegadas de turistas estrangeiros e contabilizá-los em âmbito latino-americano, a região passa a estar dentre a 3ª e a 4ª com mais representatividade do ponto de vista de chegadas de turistas internacionais do mundo. Essa alternância se deve ao fato do México, por si só, concentrar aproximadamente 30% de todas as chegadas de turistas internacionais, destacando-se como o principal destino turístico na América Latina, com 23.403 milhões, recebendo quase a mesma quantidade de turistas de toda a América do Sul. Fato esse promovido pela proximidade com o principal polo emissor mundial de turistas que são os Estados Unidos.

Essa assimetria representada não somente pelos números mexicanos, mas também pela dimensão dos dados apontados em países de pequeno território e população - cujo turismo representa a maior fonte de entrada de capitais - levanta algumas questões relacionadas à elaboração de planos nacionais de turismo, especialmente no Brasil, país cuja dimensão demográfica, econômica e territorial equivale a mais de 50% do montante sul-americano. Portanto, apesar dos vetores relacionados à distância dos principais polos emissivos, o Brasil deve focar numa política de turismo pautada no profissionalismo, no constante diálogo intersetorial e entre as diversas instâncias político-institucionais, pois, através da melhoria da

infraestrutura, da segurança pública, da qualificação profissional, enfim, da boa imagem do país no exterior, se poderá superar, em termos, o fato do isolacionismo físico-territorial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da economia, da geração de emprego e renda, do aumento dos fluxos turísticos e do desenvolvimento do próprio turismo são os que ainda balizam as práticas empresarias do setor e são as grandes diretrizes dos governos nacionais. Mas tudo tem um preço.

Mega empreendimentos turísticos surgem de forma rápida em destinos que outrora nem nos mapas constavam (veja o caso do Golfo do Papagayo, na Costa Rica, em Hernández e Picón, 2013). Populações inteiras de autóctones sofrem com as mazelas dos empreendimentos mal planejados – ou não planejados – que são impostos de cima para baixo. Revitalizações e reurbanizações em grandes centros são motivadas pela ânsia do turismo – veja o caso das cidades de Manaus e Cuiabá em pleno ano 2013; revitalizações estas que nem sempre respeitam os valores, culturas e arquiteturas tradicionais.

É bem verdade que de posse de melhores condições financeiras os povos evoluem, porém não sem a incrementação da cultura formal, da gestão correta dos recursos, das práticas éticas e sustentáveis. Neste aspecto, deve-se ressaltar que o turismo não se desenvolve somente na perspectiva macro, conforme discutido até então, mas também na

perspectiva micro, do pequeno, do mais pobre e menos favorecido. Isso já está ocorrendo há certo tempo com grupos minoritários por meio do empoderamento e do conhecimento de suas possibilidades e deficiências. Este caminho levou à criação de outros segmentos do turismo até então não existentes, tais como o turismo de base comunitária, o turismo sertanejo, o turismo de base local e o próprio turismo indígena. Nesses segmentos de turismo, segundo Maldonado (2009, p. 31), a "organização empresarial está sustentada na propriedade e na auto gestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos". Essa foi a saída encontrada por esses grupos, que historicamente eram esquecidos e andavam na contramão do grande fluxo.

Deve-se ainda destacar que os mercados turísticos não estão mudando. Já mudaram! Velhos destinos se reinventam, pois seus modelos de gestão estão ultrapassados. Se eles não se reinventam, tentam ao menos atrair um público diferente, com menores condições financeiras e que agora começa a "brincar de ser turista" internacional.

O grande tema em debate na atualidade é a economia da experiência desenvolvida no segmento turístico. A teoria da sociedade dos sonhos parece que tem seu fundo de verdade e condiz com o que os híbridos turistas desejam "curtir" (lê-se "experimentar") em sua

curta jornada neste mundo. O turista quer ser mais do que ter; quer participar e não apenar assistir; quer fazer e provar e não apenas comer. Os profissionais do marketing turístico e os melhores gestores da área já perceberam que o "slow travel" e o turismo de experiência são duas vertentes importantes neste aspecto para a manutenção da grande máquina das viagens funcionando. Interessa destacar que o turismo de experiência e o *slow travel* se adéquam perfeitamente com as formas de turismo comunitário, turismo verde, turismo sertanejo e outros citados acima. Para vivenciar experiências autênticas é necessário estar com pessoas autênticas, em lugares autênticos, com problemas autênticos, com natureza autêntica e com atrativos autênticos. Isso tudo os pequenos grupos empoderados, que agora entram no turismo, conseguem oferecer. Algo bem diferente, é verdade, do London Eye, da Disney, de Las Vegas, de Dubai e de Paris. Mas algo verdadeiro, onde se paga o que se consome, tendo a satisfação de estar ao mesmo tempo com o produtor e o distribuidor do bem ou produto turístico. Além disso, sabe-se claramente para quem vai o recurso financeiro daquela transação turística. Quando falamos em macro escala, tal perspectiva não é possível de ser imaginada.

A reflexão posta nesses parágrafos finais dá pistas de que existem inúmeros outros temas importantes em turismo e que

poderiam ser analisados e debatidos a partir do diálogo entre turismo e relações internacionais, no qual as análises dos fenômenos perpassariam pelas percepções – nas diversas escalas espaciais - de questões de cunho econômico, político, social, cultural, ambiental e especialmente, territorial.

Nesse sentido, é possível apresentar alguns assuntos - extremamente relevantes - que merecem uma análise mais aprofundada dada à sua dinâmica e complexidade, tais como:

- Os dilemas do Brasil como destino do turismo internacional.
- Os desafios infraestruturais, sociais e econômicos nacionais e subcontinentais.
- O turismo frente ao princípio da reciprocidade nas relações internacionais.
- Os agentes geoeconômicos do turismo global.
- O turismo pensado a partir dos novos players da política internacional.
- Os cenários e as tendências do Brasil frente aos megaeventos (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016).
- O turismo e a ordem internacional.

• As tendências dos fluxos turísticos mundiais – de onde e para onde vão as pessoas.

• O turismo frente às crises econômicas, conflitos e catástrofes ambientais.

• O turismo como um verdadeiro vetor de paz e distribuição de renda igualitária.

• O fomento das práticas sustentáveis, éticas e responsáveis em turismo na perspectiva macro entre outros aspectos.

Estudar o fenômeno turístico e relacionar seus efeitos tanto na economia nacional quanto internacional significa perceber essa atividade com olhos além da visão econômica. É necessária a sensibilidade cultural, social e ambiental dos pesquisadores, uma vez que este fenômeno é complexo, holístico, sistêmico integrado, multidimensional. Ele está onde menos se espera e evolui de acordo com os desígnios da sociedade que o gesta. Por exemplo, já existe um grupo de investigadores que acredita que o melhor é falar de mobilidades (URRY, 2000, 2003, 2007) e não apenas de turismo. Tais investigadores sugerem, inclusive, que o termo turismo seja substituído pelo de mobilidade, pois, segundo eles, o termo turismo já não dá conta de abordar toda sua complexidade (HANNAM, 2009).

Essa análise permite dizer que o turismo é mais do que pode ser visto e descrito. Sua prática envolve questões subjetivas que não são evidenciadas de forma simples num rápido olhar do investigador. Relações de gênero e de inclusão não raras vezes são esquecidas neste processo. Críticas aos modelos desenvolvimentistas são esquecidas rapidamente e políticas claras e com continuidade nem sempre são encontradas. Os desmandos políticos e as falhas de gestão impedem a prática do turismo que queremos.

Para alcançar esse turismo de alta qualidade é necessário ultrapassar tais barreiras e ousar com empreendedorismo e criatividade, seja na pequena comunidade amazônica, seja na agência emissiva da metrópole. Assim, a proposta é a da ação global com olhar local, tão em moda, tão repetitiva, mas tão real e possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em 14/12/2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Disponível em: <www.integracao.gov.br>. Acesso em 31/10/2013.

HAYA DE LA TORRE, V. R. **Obras Completas**, vol. 1. Lima: Mejia Baca, 1985.

HERNÁNDEZ, A.; PICÓN, J. C. "Huella hídrica en tierras secas: el caso del turismo de sol y playa en Guanacaste (Costa Rica)". **Revista Ambientales**, n. 45, Junio 2013.

LESSA, J. V. S. **Paradiplomacia no Brasil e no mundo:** o poder de celebrar tratados dos governos não centrais. Viçosa: EdUFV, 2007.

MARQUEZINI, A. C. T. "Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste". **Revista Entre-Lugar**, ano 1, n. 2, 2010.

MERCOCIDADES. **Carta de Punta del Este**. Reunião da Unidade Temática de Turismo, 4-5 de junho de 2013. Disponível em: <www.mercociudades.org>. Acesso em 30/10/2013.

PRIETO, N. C. "O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico". *In*: VIGEVANI, T. (org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001.

BATISTA Jr, P. N. **A economia como ela é...** São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

BENI, M. C. **Globalização do turismo.** São Paulo: Editora Aleph, 2011.

CHIAS, J. **Turismo, o negócio da felicidade**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

HANNAM, K. "The end of tourism? Nomadology and the mobilities paradigm". *In*: TRIBE, J. (org.). **Philosophical issues in tourism.** Bristol: Channel View Publications, 2009.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo.** Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

MACCANNELL, Dean. **The tourist**. A new theory of the leisure class. New York: University of California Press, 1999.

MALDONADO, C. "O turismo rural comunitário na América Latina. Gênesis, características e políticas". In: BARTHOLO, R. *et* al. **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y opcion decolonial**. Barcelona: Gedisa, 2007.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. **Cenários do turismo brasileiro.** São Paulo: Editora Aleph, 2009.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

PANOSSO NETTO, A.; TRIGO, L. G. G. (eds.). **Tourism in Latin America**. Cases of success. NewYork: Springer, 2015.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

PELLICER, O. "Los nuevos retos del Tratado de Lisboa". **Carta Unión Européa**, vol. VI, n. 6, 2008.

PIERI, V. S. G. "Fluxos turísticos internacionais: uma proposta metodológica de análise sobre os (novos) destinos". **Turismo em Análise**, vol. 25, n. 3, 2014.

SILVA, C. C. "Os dilemas da infraestrutura física sul-americana e a geoeconomia do Brasil: Uma contribuição para a discussão sobre a defesa nacional". *In*: PIERI, V. S. G.; PENNAFORTE, C. (orgs.). **Defesa Nacional**: Desafios e perspectivas geopolíticas. Rio de Janeiro: CENEGRI Edições, 2012.

TRIGO, L. G. G. "A importância do turismo no mundo de hoje". *In*: TRIGO, L. G. G. *et* al. **Aprendiz de lazer e turismo**. Brasília: MTUR/IAP/AVP/USP, 2007.

URRY, J. **Sociology beyond societies**: mobilities for the Twenty-first Century. Londres: Routledge, 2000.

URRY, J. **Global complexity**. Cambridge: Polity, 2003.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity, 2007.

URRY, J. **O olhar do turista.** Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel-Sesc, 1996.

MATERIAIS COMPLEMENTARES

FILMOGRAFIA

Tema: GUERRA FRIA

Título: Fora da Lei (França/Argélia e Bélgica, 2010)
Sinopse: Luta pela descolonização de Argélia da França, época bastante conturbada da política internacional.

Título: O ano em que meus pais saíram de férias (Brasil, 2006)
Sinopse: Doutrina da segurança nacional exposta numa belíssima história que retrata o drama da ditadura militar no Brasil.

Título: Kolya (República Tcheca, 1996)
Sinopse: Filme tcheco que mostra a resistência dos tchecoeslováquios à influência política e à presença dos soviéticos em seu território.

Tema: 11/09

Título: Fahreinheit 11/09 (EUA, 2004)
Sinopse: Michael Moore demonstra as contradições da política externa estadunidense no pós 11 de setembro.

Título: Zona verde (EUA, 2010)
Sinopse: Bom filme que mostra a farsa da invasão do Iraque em 2003, sob alegação de apreensão de armas químicas, biológicas e nucleares.

Tema: QUEDA DO SOCIALISMO – NEOLIBERALISMO

Título: Adeus Lenin (Alemanha, 2003)
Sinopse: Belíssimo filme que retrata a queda do muro e o fim do regime socialista na antiga Alemanha Oriental, o choque cultural e os impactos econômicos.

Título: Terra de ninguém (Bélgica, 2001)
Sinopse: Sobre a Guerra da Bósnia, demonstrando a eclosão de conflitos étnico-culturais após a queda do muro de Berlim.

Título: Memorias de um saque (Argentina, 2003)
Sinopse: Documentário do argentino Pino Solanas que demonstra os efeitos de 10 anos da paridade do peso com o dólar e do consequente desmonte do Estado argentino.

Tema: CRISE FINANCEIRA DE 2008

Título: Ao sul da fronteira (EUA, 2009)
Sinopse: Eleições de governos populares sul-americanos e a decadência do modelo neoliberal exposto nesse filme de Oliver Stone.

Título: Trabalho Interno (EUA, 2010)
Sinopse: Um verdadeiro desmascaramento da ordem financeira interacional que eclodiu na crise de 2008.

Tema: UNIÃO EUROPEIA

Título: Albergue Espanhol (França, 2003)
Sinopse: Grupo de estudantes Erasmus, de diversos países da União Europeia, que se encontra em Barcelona e convivem numa mesma república de estudantes ao longo de 1 ano.

Tema: CRÍTICA AO TURISMO

Título: El turismo es un grand invento (Espanha, 1968)
Sinopse: O prefeito de um pequeno povoado do interior da Espanha decide que o turismo será a salvação econômica da região. O pior é que ele vai a um grande centro turístico para aprender a desenvolver a atividade.

Título: If it's Tuesday, this must be Belgium (EUA, 1969)
Sinopse: Grupo de turistas dos Estados Unidos decide fazer um tour por vários países europeus em um ônibus passados pelos ícones do turismo daquele continente. As trapalhadas e estereótipos turísticos são inevitáveis.

Título: Cannibal Tours (Austrália, 1988)
Sinopse: Documentário que faz crítica ao turismo de massa desenvolvido em pequenas comunidades aborígenes da Papua Nova Guiné.

Título: Donde estan los Mayas (Escuela de Periodismo Auténtico de Narco News, 2010. Documentário)
Sinopse: Gravado em Cancún e na Playa del Carmen, na Península de Yucatán, México, aborda o subtrabalho no setor de turismo e seus diversos problemas com a comunidade local.

Título: Sol y sombras (Fundacion Luciernaga, 2011. Documentário)
Sinopse: Aborda os problemas gerados pelo turismo, principalmente em megaprojetos na América Central.

Título: Bye bye Barcelona (Espanha, 2014. Documentário)
Sinopse: Retrata a difícil situação a que chegou o turismo em Barcelona. Os turistas às vezes nem tem ideia de que a presença deles é prejudicial à cidade.

BIBLIOGRAFIA

A) Turismo (Clássicos):

DANN, G. M. S. **The language of tourism. A sociolinguistic perspective**. Wallingford: Cab International, 2001.

DANN, G. M. S. **The tourist has a metaphor of the social world**. Wallingford: Cab International, 2002.

FUSTER, L. F. **Teoría y técnica del turismo**. Madrid: Editora Nacional, 1967.

HUNZIKER, W.; KRAPF, K. **Allgemeine Fremdenverkehrslehre**. Zürich: Polygraphischer Verlag, 1942.

KNEBEL, H. J. **Sociología del turismo. Cambios estructurales en el turismo moderno**. Barcelona: Editorial hispano Europea, 1974.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2009.

LAVAUR, L. **El turismo en su historia**. Barcelona: Ediciones Turísticas, 1974.

MacCANNELL, D. **The tourist. A new theory of the leisure class**. New York: Schocken Books, 1976.

NASH, D. (ed.). **The study of tourism: anthopological and sociological beginnings**. Amsterdam: Elsevier, 2007.

SMITH, V. L. (Ed.) **Hosts and Guests. The anthropology of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

URRY, J. **O olhar do turista. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.

B) Turismo (correntes):

BACAL, S. **Lazer: Teoria e pesquisa**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

BENI, M. C. (org.). **Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão. Desenvolvimento regional, rede de produção e clusters**. Barueri-SP: Manole, 2012.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CHIAS, J. **Turismo, o negócio da felicidade**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

HOERNER, J. M. **Geopolítica do turismo**. São Paulo: SENAC, 2011.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**. **Conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2012.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

PEARCE, D. G. **Geografia do turismo: Fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Editora Aleph, 2003.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável. A proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

TRIGO, L. G. G. **Entretenimento, uma crítica aberta**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

C) Relações Internacionais:

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Editora Imesp, 2002.

GONÇALVES, W. **Relações Internacionais**. São Paulo: Zahar, 2002.

HUNTINGTON, S. **O Choque de civilizações**. São Paulo: Ponto de leitura, 2010.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

NYE Jr. J. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Gente, 2009.

NYE Jr. J. **Compreender os conflitos internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2007.

SARAIVA, J. F. S. **História das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2008.

D) Sites:

<www.funag.gov.br>	<www.turismo.gov.br>
<www.imf.org>	<www.wto.org>
<www.unwto.org>	<www.ecb.int>
<www.worldleisure.org>	<www.wttc.org>

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



Vitor Stuart Gabriel de Pieri é Bacharel em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (2014), Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha - Itália (2011), Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (2005) e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (2014). Atualmente é Pós-doutorando pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde colabora como Professor Substituto do curso de Graduação em Turismo. Atua também como

Líder do Grupo de Pesquisa CNPq em Turismo Internacional (ECA/USP), Editor da Revista Eletrônica Intellector e consultor Ad-hoc das Revistas: Turismo em Análise, de Administração de Roraima e de Geopolítica, todas elas indexadas pela QUALIS/CAPES. Possui particular interesse pelos seguintes temas: Turismo e Relações Internacionais, Macroeconomia do Turismo, Inserção Internacional do Brasil, Integração Regional, Políticas Públicas de Turismo, Planejamento Turístico, Dimensão Espacial do Turismo e Estudos do Lazer. E-mail para contato: vitorpieri@gmail.com

SOBRE OS AUTORES



Alexandre Panosso Netto possui graduação em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (1998), graduação em Filosofia pela Universidade Católica Dom Bosco (1994), pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), pós-graduação em Turismo: planejamento, gestão e Marketing pela Universidade Católica de Brasília (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2001), doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005), pós-doutorado em turismo pela Universidad Europea Miguel de

Cervantes, em Valladolid, Espanha (2011) e Livre-Docência em Teorias do Turismo (2012) pela EACH-USP. Atualmente é professor, com dedicação exclusiva, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Turismo (Mestrado), além de atuar também no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (Mestrado). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Teoria do Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, educação em turismo, teorias de turismo, planejamento turístico e epistemologia do turismo. E-mail para contato: panosso@usp.br

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato

Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

☎ + 55 (95) 981235533 / ✉ nupsbooks@gmail.com

www.livroeletronico.net